



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LÚCIO LUCIANO DE BARROS FILHO

BRASIL E CHINA: O INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NO BRASIL
E AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA À LUZ DA TEORIA MARXISTA
DA DEPENDÊNCIA

JOÃO PESSOA

2024

LÚCIO LUCIANO DE BARROS FILHO

**BRASIL E CHINA: O INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NO BRASIL
E AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA À LUZ DA TEORIA MARXISTA
DA DEPENDÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba
(UFPB).

Orientador: Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima
Almeida.

JOÃO PESSOA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F481b Barros Filho, Lúcio Luciano de.

Brasil e China: o Investimento Externo Direto chinês no Brasil e as relações comerciais Brasil-China à luz da Teoria Marxista da Dependência / Lúcio Luciano de Barros Filho. - João Pessoa, 2024.

63 f. : il.

Orientação: Lucas Milanez de Lima Almeida.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Relações Comerciais Brasil-China. 2. Investimento Chinês no Brasil. 3. Teoria Marxista da Dependência. I. Almeida, Lucas Milanez de Lima. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

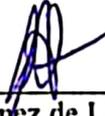
LÚCIO LUCIANO DE BARROS FILHO

**BRASIL E CHINA: O INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NO BRASIL
E AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA À LUZ DA TEORIA
MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

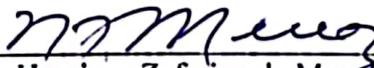
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 11 de OUTUBRO de 2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Lucas Milanez de Lima Almeida – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Me. Daniel de Campos Antiquera
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Há 5 anos, decidi me mudar de cidade em busca de realizar o curso que tinha vontade de realizar, alinhado com meus objetivos de vida e com as áreas de estudo com as quais sempre me identifiquei. Processo esse que não foi fácil, começar em uma nova cidade, sem família, amigos e sem nunca ter visitado João Pessoa, certamente foi uma decisão difícil, mas da qual não me arrependo, conheci novos amigos em uma cidade que tão bem me acolheu e que me faz me sentir hoje uma maranhense paraibano.

O presente trabalho é apenas uma pequena parcela de uma grande construção e esforço da minha família, que viu sua realidade ser modificada a partir da educação, determinação e trabalho, me proporcionando todo o necessário para minha formação pessoal e educacional durante minha jornada até aqui. À minha bisavó, Catarina, sou imensamente grato pelo empenho na criação da minha mãe e minha tia, que mesmo com poucas condições financeiras ofertou o melhor que podia, a educação, o bem, a responsabilidade e tantas outras qualidades. Hoje já se faz algum tempo de sua partida, mas sei que nos reencontraremos. À minha tia, Antonia, que auxiliou e me criou também como filho, sempre preocupada com minha saúde, bem estar e acima de tudo, com minha educação e futuro, reconhecendo a importância que o estudo fez em sua vida, e todas as transformações e lugares que pode alcançar através do conhecimento. Sem a senhora, certamente, eu não estaria aqui.

À minha mãe, Maria, agradeço sua luta, garra, trabalho, esforço e tantas outras palavras positivas nas quais poderia escrever outra dissertação, seu amor profundo por mim e minha irmã é o sentimento mais puro e carinhoso que já senti. Durante os últimos anos, vivenciei diariamente sua luta contra tantos problemas e adversidades que acabamos por nos deparar durante a vida, e que hoje, com saúde e tranquilidade, você me acompanhou até a finalização desse trabalho e da minha graduação, e vai me acompanhar em tantas outras jornadas. Seu esforço e luta me fizeram chegar onde estou e onde chegarei em minha jornada, meu muito obrigado é apenas uma parte pequena de todo o sentimento de gratidão, carinho e amor que possuo pela senhora. À minha outra mãe, Ivone, que me criou também como filho, agradeço a você por também me ajudar a chegar onde estou, sem seu carinho, atenção e cuidado, não sei onde estaria, meu muito obrigado. À minha irmã, Luiza, agradeço a parceria, cuidado, companheirismo e carinho, da melhor irmã do mundo, que sei que tanto sente a minha falta depois que me mudei e de tantas coisas que vivemos juntos. À minha tia, Kátia, ao meu primo, Lukas, e ao meu tio, Oliver, agradeço também pelo apoio, incentivo, conselhos

e carinho durante toda essa jornada. Ao meu pai, Lúcio, agradeço o carinho e amor e por tanto reconhecer meu potencial para alcançar lugares cada vez mais distantes.

Bom, e quase, ou como, outra família, agradeço a todos os meus amigos que trazem consigo o melhor de tantos lugares do Brasil, juntos nos graduamos durante e após um período de pandemia, que exigiu constantes mudanças e adaptações na nossa formação, além dos impactos pessoais que os tempos da pandemia causaram em cada um de nós. À Lóis, Mirna e Vitória, o grande quarteto, agradeço pelos almoços, conselhos, ajudas e momentos de diversão. À Lóis, obrigado pelo companheirismo, por me acompanhar durante essa jornada e me ajudar sempre que preciso. À Mirna, obrigado pelos conselhos, pelo carinho, pelo seu jeito Mirna e baiano de ser, tão contagiante e feliz. À Vitória por todo apoio, amizade, carinho, sou eternamente grato por ter lhe conhecido. À Paola, que me acolheu, como uma boa paraibana, que compartilhou sua amizade, dedicação e seu jeito de ser. À Líderi, minha empresa júnior do coração, que tanto auxiliou na minha formação e me fez conhecer pessoas tão incríveis. À Victória, Sabine, Yasmin, Tiffany, Thais, Maria Eduarda, Joyce e Rayra, obrigado pelos tantos momentos compartilhados e pelos ensinamentos que cada uma de vocês deixou. À Maria Deusdétite, agradeço seu exemplo de humildade, dedicação e batalha, que tanto inspira a todos. À Jordana, pelos conselhos, companheirismo e admiração compartilhados pela PEB. À Mafê e Carla Suzana, que tanto compartilharam as ansiedades nesse final de graduação. À Catharina, minha vizinha que já não mora mais perto, saudades.

Agradeço também ao DRI e cada um das professoras e professores que encontrei ao longo da graduação, seus ensinamentos e conhecimentos auxiliam a cada um dos internacionalistas formados todos os anos na UFPB, formando as bases para a continuidade da construção do conhecimento científico que tanto ajuda na construção e formação da sociedade. Em especial, agradeço ao meu orientador, Lucas Milanez, por toda paciência, ajuda, correção durante essa jornada final, e também, reconheço seu senso de humanidade e busca por um mundo mais justo e voltado para o que importa, as pessoas. Ao professor Túlio Sérgio, agradeço pelos ensinamentos e construção de conhecimento sobre a PEB, área a qual tenho tanto apreço e carinho, sua alegria e conhecimento seguiram sendo vistos por muitos alunos, agradeço também o auxílio em um grande projeto que continuará por muito tempo, o PEBcast,. Por fim, à educação pública e de qualidade, que apesar de tantos ataques, cortes e desvalorização, continua a produzir e mudar a sociedade, por um futuro onde ela e seus profissionais recebam a valorização e o destaque que merecem.

RESUMO

O presente trabalho investiga as relações comerciais entre Brasil e China e o investimento externo direto (IED) chinês no Brasil, com base na Teoria Marxista da Dependência (TMD). O estudo abrange o período de 1999 a 2023 para as relações comerciais e de 2005 a 2023 para o IED, com foco na análise dessas relações econômicas com relação ao gigante asiático. A partir da TMD, que destaca a subordinação dos países periféricos aos centros econômicos, observa-se como o Brasil reforça sua inserção periférica e dependente, concentrando-se na exportação de produtos primários e na atração de investimentos chineses em setores como energia e petróleo/gás e mineração. A pesquisa destaca a falta de diversificação tecnológica nas exportações brasileiras e a predominância de commodities, que aprofundam a especialização produtiva de baixo valor agregado. Além disso, verifica-se que o IED chinês se associa a uma lógica de expansão de mercado e de reforço em setores ligados à exportação de bens primários e de baixa intensidade tecnológica. Utilizando os estudos de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, o trabalho conclui que as relações Brasil-China reproduzem um padrão de dependência estrutural, no qual o Brasil continua a desempenhar um papel subordinado, tanto no comércio quanto nos investimentos.

Palavras Chave: Relações Comerciais Brasil-China, Investimento Chinês no Brasil, Teoria Marxista da Dependência.

ABSTRACT

This paper investigates trade relations between Brazil and China and Chinese foreign direct investment (FDI) in Brazil, based on the Marxist Dependency Theory (DRT). The study covers the period from 1999 to 2023 for trade relations and from 2005 to 2023 for FDI, focusing on the analysis of these economic relations in relation to the Asian giant. Based on the DRT, which highlights the subordination of peripheral countries to economic centers, it is observed how Brazil reinforces its peripheral and dependent insertion, focusing on the export of primary products and on attracting Chinese investments in sectors such as energy and oil/gas and mining. The research highlights the lack of technological diversification in Brazilian exports and the predominance of commodities, which deepen the productive specialization of low added value. In addition, it is found that Chinese FDI is associated with a logic of market expansion and reinforcement in sectors linked to the export of primary goods and low technological intensity. Using the studies of Ruy Mauro Marini and Theotônio dos Santos, the work concludes that Brazil-China relations reproduce a pattern of structural dependence, in which Brazil continues to play a subordinate role, both in trade and investment.

Keywords: Brazil-China Trade Relations, Chinese Investment in Brazil, Marxist Dependency Theory.

LISTA DE FIGURAS E SIGLAS

GRÁFICOS

Gráfico 1 - IED Chinês no Mundo 2005-2023 (Em bilhões de US\$).....	30
Gráfico 2 - IED Chinês no Mundo por setor 2005-2024 (Em bilhões de US\$).....	31
Gráfico 3 - Balança Comercial Brasil China 2000-2023 (Em Bilhões de US\$).....	36
Gráfico 4 - Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: China.....	40
Gráfico 5 - Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: China.....	40
Gráfico 6 - IED chinês no Brasil 2005-2023 (Em bilhões de US\$).....	42
Gráfico 7 - Divisão do IED chinês no Brasil por setor 2005-2024 (em %).....	43
Gráfico 8 - Ingresso das empresas chinesas no Brasil 2005-2024.....	44
Gráfico 9 - Participação da Chinas nas exportações brasileiras 2000-2023 (em %).....	47
Gráfico 10 - Participação da China no Superávit da Balança Comercial Brasileira 2015-2023 (em %).....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balança Comercial Brasil-China considerando Intensidade Tecnológica dos Produtos: 1999-2023	38
Tabela 2 - Saldo Comercial Brasil-China considerando Intensidade Tecnológica dos Produtos 1999-2023.....	39
Tabela 3 - TOP 10 países com maior alocação acumulada do IED chinês: 2005-2024.....	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	13
ESTADO DA ARTE	15
1 - A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	20
1.1 Histórico e Características Gerais da Teoria.....	20
1.2 A Teoria Marxista da Dependência, América Latina e Brasil.....	21
1.3 A Teoria Marxista da Dependência e o Imperialismo.....	23
2- A ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL CHINÊS	27
2.1 A Concepção de Mundo Harmonioso.....	27
2.2 A estratégia Going Global.....	29
3 AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA E O IED CHINÊS NO BRASIL	34
3.1 As Relações Bilaterais e Comerciais Brasil China.....	34
3.2 O Investimento Externo Direto da China no Brasil.....	41
4 ANÁLISE DOS DADOS À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	46
4.1 As Relações Comerciais Brasil China.....	46
4.2 O Investimento Externo Direto chinês no Brasil.....	49
4.3 Brasil e China - Mundo Harmonioso, Parceria Estratégica e Dependência.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar as relações comerciais entre Brasil e China e a presença do Investimento Externo Direto da China no Brasil à luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD), buscando compreender se existe uma relação de estabelecimento de uma dependência do Brasil em relação à China nessas relações econômicas. Ressalta-se que a China se caracteriza por sua crescente expansão e desenvolvimento econômico. Além disso, a nação tem aumentado sua participação nos fluxos de capitais internacionais, com grandes projetos, como a chamada Nova Rota da Seda. Nesse cenário de maior inserção internacional da China, pode-se destacar o aumento do Investimento Externo Direto (IED) de Pequim no mundo, em uma estratégia conhecida como “Going Global”. Essa política foca na internacionalização do capital chinês no exterior, em busca de mais recursos naturais para o crescimento chinês, e se intensifica após a crise mundial de 2008 (Mendonça et al., 2021; Hiratuka, 2018).

Pequim tem se tornado o principal parceiro comercial de nações pelo globo e expõe internacionalmente a ideologia para suas relações exteriores de “Mundo Harmonioso” concepção derivada do Confucionismo Clássico e mais amplamente utilizada a partir de 2004 (Zhang, 2007). Assim, Hao (2008) expõe que a China se projetaria internacionalmente em busca da construção desse mundo mais pacífico, favorecendo a cooperação e o multilateralismo como forma de contribuição para alcançar tais objetivos. Haveria assim o compartilhamento de oportunidades para o desenvolvimento e o jogo “win-win” das relações com o mundo, onde os envolvidos se beneficiariam mutuamente, com equidade e confiança recíproca.

As relações Brasil-China passaram por aproximações significativas nas últimas décadas, tanto em alinhamentos em suas políticas externas, especialmente em agendas que favoreceram o “Sul Global”, como também nas próprias relações econômicas (Oliveira, 2010). Pode-se ressaltar que a China é o maior parceiro comercial do Brasil, alcançando esse posto em 2009, quando ultrapassou os Estados Unidos (Mortatti; Miranda; Bacchi, 2011, p. 312) e se tornou a maior compradora das exportações brasileiras, ao mesmo tempo que é o país do qual o Brasil mais importa. Simultaneamente, como maior economia da América Latina e com relações próximas a Pequim, o país detém posição favorável à atração de investimentos externos chineses (Arantes, 2019).

Denota-se que existem diferentes abordagens para análise, seja do IED, seja do comércio internacional. Por um lado, as teorias liberais argumentam sobre os benefícios em ambas as interações econômicas, como geração de empregos, modernização industrial, inovação e tecnologia, ampliação do mercado, crescimento econômico e variedade de produtos (Siqueira, 2022; Oliveira, 2007). Por outro lado, as teorias críticas ao IED e ao comércio internacional destacam a vulnerabilidade externa dos países receptores de investimento, dependência econômica, desindustrialização, perda de soberania ao se atrelar a centros de decisão estrangeiros e aumento do envio de remessas de lucro ao exterior (Gonçalves e Pomar, 2002; Oliveira, 2007).

Nesse cenário, essas discussões acabam por colocar em foco de análise as relações comerciais e de investimento entre Brasil e China, considerando a intensificação dessas relações nas últimas décadas e a crescente aproximação entre os dois países. Ferchen (2011), Mortari (2019) e Slipak (2014) evidenciam que o gigante asiático tem desenvolvido sua aproximação com a América Latina e também com o Brasil, em uma intensa busca por commodities para sustentar o desenvolvimento chinês. Contudo, essa aproximação pode ter um caráter de ampliação da dependência dos países da região, ao considerar a assimetria tecnológica dos produtos comercializados e a intensa predominância de commodities específicas nas exportações da região para Pequim. Oliveira (2014) retrata a crescente aproximação política e econômica entre Pequim e Brasília como uma “aliança não escrita”, onde ambas as nações podem se beneficiar, por mais que existam assimetrias no nível tecnológico dos bens comercializados e na alocação do IED chinês no Brasil.

O presente trabalho entende que esse debate entre criação de uma dependência brasileira em relação à China ou de alternativa para superação do subdesenvolvimento pode ser analisado a partir do aporte teórico da TMD. Surgida nos anos 1960 a partir dos estudos de obras de Marx e Lênin, tem como principais expoentes Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, os quais pontuam a existência de uma subordinação e segregação entre economias centrais e periféricas (Duarte; Graciolli, 2007). Esta teoria nasceu em um cenário de persistente presença do subdesenvolvimento e de incapacidade das teorias do desenvolvimento produzidas nos países centrais em compreender e explicar as especificidades econômicas e históricas da região. Sendo assim, a teoria se mostra como relevante não apenas por ser desenvolvida a partir da perspectiva da periferia global, mas também por trazer importância da análise das trocas comerciais e dos mecanismos econômicos capitalistas que asseguram a dependência da periferia em relação ao centro, em destaque para o IED.

A partir do exposto, é apresentado que existem ideologias e concepções que norteiam essa inserção internacional do gigante asiático e evidentemente suas relações com o Brasil, baseadas em ganhos mútuos e desenvolvimento conjunto. Assim como há debates que têm se intensificado sobre os benefícios ou malefícios da aproximação entre Brasil e China, especialmente a partir de questionamentos sobre a criação de uma dependência brasileira em relação ao gigante asiático. O problema do presente trabalho se centrou em questionar as relações comerciais entre Brasil e China e o investimento da China no Brasil a partir da perspectiva da TMD.

Nesse contexto, o presente trabalho possui como objetivo geral compreender, a partir da TMD, se o investimento direto chinês no Brasil e as trocas comerciais entre Brasil-China se encaixam em uma relação de dependência entre Brasil e China. Para isso, foram desenvolvidos objetivos específicos que se focaram em: compreender a concepção chinesa de “Mundo Harmonioso”; entender a estratégia de internacionalização “Going Global” e sua relação com o aumento do IED de Pequim no Brasil; analisar as trocas comerciais entre Brasil e China e o direcionamento do IED chinês no Brasil; e, por fim, analisar as relações econômicas e de investimento entre ambos os países a partir da perspectiva da TMD.

A partir do exposto, a justificativa do presente trabalho se centra em contribuir com o debate sobre as relações comerciais e do investimento externo direto da China no Brasil, buscando compreender como essas interações impactam o Brasil, especialmente em um cenário de persistência de uma inserção periférica no Sistema Internacional. Utilizando-se de um aporte teórico importante para compreensão de como as relações de dependência e dominação têm se perpetuado sobre os países ao longo da história a partir da visão do dominado (periferia do sistema capitalista). Debate esse essencial em um cenário de aumento da relevância da China como novo ator no Sistema Internacional com ideologias e concepções alternativas ao Ocidente e do crescente aprofundamento das relações comerciais e de investimento da China no Brasil.

METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou uma metodologia quali-quantitativa para sua estruturação e melhor exposição de dados, na medida que se propôs a utilizar o aporte teórico da Teoria Marxista da Dependência para analisar dados das trocas comerciais entre Brasil e China entre 2000-2023 e do IED chinês no Brasil entre 2005-2023. No que se refere ao método qualitativo, foi direcionado para revisão de bibliografias que discutem: a ideologia de “Mundo Harmonioso”; a estratégia Going Out do governo chinês; as relações comerciais Brasil-China; o IED chinês no Brasil; além da revisão dos clássicos da TMD, em especial, textos e obras de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Para a coleta dessas bibliografias, foram utilizadas plataformas como Google Acadêmico, Periódicos CAPES e Scielo, destacando termos como: Teoria Marxista da Dependência; Relações Comerciais Brasil-China, Investimento Externo Chinês no Brasil, Dependência Brasil-China, Estratégia Going Out e Mundo Harmonioso China.

A revisão das literaturas da TMD do presente trabalho foi trazida como forma de conceituar de forma geral a teoria, seu breve histórico, formato de análise e aspectos gerais, para assim focar em como o IED e as relações comerciais podem ser analisadas a partir da perspectiva da dependência entre centro e periferia, como categorizado pela TMD. Assim, para operacionalizar os argumentos da teoria em relação à balança comercial entre Brasil-China, focou-se em analisar a intensidade tecnológica dos produtos comercializados, de modo a identificar a especialização produtiva de ambos os países nas suas trocas comerciais bilaterais. Destaca-se que, para a TMD (Santos, 1993), o Brasil possui uma inserção periférica na medida que sua economia e estrutura produtiva dependem de um centro capitalista, a exemplo da necessidade de tecnologia do centro e da grande participação de produtos primários nas suas exportações.

A metodologia quantitativa foi utilizada para corroborar com a análise das relações comerciais e do investimento chinês no Brasil à luz da TMD. Em relação ao IED, a análise quantitativa se estabeleceu na apresentação de dados das alocações do IED chinês, seu histórico entre 2005-2023, divisão setorial e direcionamento para novas plantas (greenfield) ou compra de empresas já presentes no mercado brasileiro (fusões e aquisições), assim como seus valores. Em relação ao aspecto das trocas comerciais, procurou-se apresentar o nível tecnológico dos produtos comercializados entre 1999-2023 e as relações entre déficit e superávit na balança comercial durante esse período. Para obtenção dessas informações

quantitativas, foram utilizadas fontes primárias de informação, com dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Ministério da Economia para o Brasil a partir do Comexstat. Como forma de obtenção de dados sobre o IED chinês direcionado ao Brasil, foi utilizada a base de dados do China Global Investment Tracker, do American Enterprise Institute (Scissors, 2023). O banco de dados dispõe de informações geográficas, setoriais e temporais sobre o IED da China no mundo, com o intuito de auxiliar a compreensão das influências e implicações da presença econômica da China internacionalmente.

Para análise do IED da China no Brasil a partir da TMD, foram utilizados dados como o histórico desses investimentos, a divisão por setores de alocação e a forma de ingresso desses recursos em ampliação da capacidade produtiva (greenfield) ou aquisição de empresas já presentes no território nacional. Esses dois últimos dados são importantes para a teoria na medida que permitem identificar uma associação com a compra de empresas já presentes no mercado brasileiro e um possível domínio de novos mercados por companhias chinesas, em uma lógica de exportação de capitais e controle do mercado dos países dependentes por firmas externas, como trazido pela TMD (Marini, 1973; Santos, 1970). Assim como, a partir dos setores de alocação desses recursos, identificar a existência de uma lógica de reforço de uma especialização produtiva dependente (investimento em setores ligados à exportação de produtos de baixa tecnologia, como commodities). A escolha das variáveis foi delimitada para corroborar com o objetivo primário desta pesquisa e os resultados quantitativos foram interpretados à luz da TDM e do contexto histórico e social.

A presente pesquisa também visou realizar uma introdução sobre a ideologia chinesa de inserção internacional com a procura de um “Mundo Harmonioso” com relações de ganho mútuo com seus parceiros, assim como a estratégia de internacionalização das empresas chinesas, especialmente, através do IED a partir da política de “Going Out”. Política de internacionalização importante para compreensão da relação dessa estratégia com os investimentos realizados no Brasil.

ESTADO DA ARTE

O presente trabalho pretende analisar, à luz da TMD, as relações comerciais entre o Brasil e a China e o IED chinês no Brasil, duas relações econômicas de importância e com disponibilidade de bibliografias que as discutem. Dessa forma, será apresentada a revisão de literaturas disponíveis sobre essas interações.

Oliveira (2010) defende que as relações bilaterais e econômicas entre Brasília e Pequim geram ganhos para ambas as nações e que elas se reconhecem mutuamente como parceiros de grande relevância e complementaridade, apesar da não existência de um acordo ou pacto formal de aliança. Contudo, o autor também destaca a existência de assimetrias nas relações econômicas entre os países. A desigualdade tecnológica entre ambos associa o Brasil a uma comercialização de recursos naturais para a China, especialmente devido à alta taxa de crescimento econômico chinesa e alta demanda por recursos, ao passo que o Brasil demanda produtos com maior nível tecnológico. Desse modo, a dependência brasileira em commodities também se faz presente nas relações comerciais e econômicas com o gigante asiático.

Mattos (2008), por sua vez, considera a importância crescente da China para as exportações brasileiras, consolidando-se como o maior parceiro comercial do Brasil. A partir do uso de metodologias como Índice de Intensidade de Comércio e Índice de Orientação de Comércio, a autora identifica haver um desnível da importância econômica da China em relação ao Brasil, onde a dependência dos produtos chineses pelo Brasil se sobressai em relação à dependência chinesa de produtos brasileiros. Assim, embora se aprofundem as relações de interdependência entre ambas as nações, o Brasil detém um destaque menor nessas trocas.

Ferchen (2011) retrata a existência de debates sobre os benefícios ou estabelecimento de uma nova relação de dependência entre a China e a América Latina, enquadrando o Brasil como um dos principais receptores de IED e com grande participação chinesa em suas exportações. O autor ressalta que a força motriz das relações econômicas entre a China e os países da América Latina se centra na busca por commodities, seja nas relações comerciais, seja através do investimento direto. Além disso, Ferchen (2011) demonstra que a demanda por commodities e a expansão dos investimentos diretos da China na América do Sul e Brasil estão atreladas ao crescimento da economia chinesa, assim, em uma possível crise do gigante asiático ou retração da demanda, a região seria fortemente impactada. Nesse cenário, o autor propôs uma análise comparativa entre os indícios do estabelecimento de uma relação de

benefícios entre a China e os receptores de seus investimentos e parceiros comerciais, e a visão dos críticos a essa aproximação. Por fim, o autor ressalta que uma relação de dependência pode estar sendo criada, mas que os países latino-americanos possuiriam condições para aprofundar suas relações com a China e obter benefícios conforme seu interesse nacional.

Nesse contexto, Slipak (2014) ressalta que os investimentos chineses na América do Sul em países como Brasil, Argentina, Chile, Peru, entre outros, se fortalecem em setores ligados a atividades primárias ou para outros setores que contribuam com a produção e exportação dos recursos naturais, desenvolvendo infraestrutura em portos, ferrovias e rodovias. O autor destaca que, embora estabeleça um discurso de cooperação Sul-Sul e superação mútua do subdesenvolvimento, a China não estabelece um intercâmbio tecnológico aos receptores de seu IED e não concentra as inversões em construção de novas plantas industriais, mas sim na compra de empresas existentes e exige a contratação de empresas chinesas em obras de investimento em infraestrutura. Assim, Slipak (2014) considera que os receptores desse capital podem ser beneficiados por esses investimentos, contudo, há o risco de se construir uma dependência em relação ao país asiático, com a crescente especialização econômica na produção de commodities e associação aos interesses chineses.

Hiratuka e Sarti (2016) analisam as relações comerciais e de investimento entre Brasil e China a partir de uma ênfase na análise dos dados econômicos dessas relações econômicas entre os anos 2000 e 2010. Os autores chegam à conclusão de que o comércio entre Brasil e China cresceu exponencialmente nos últimos anos, principalmente devido à exportação de commodities pelo Brasil, assim como a importação de produtos chineses se elevou, em uma relação que expõe assimetria entre a tecnologia e o valor agregado dos produtos que compõem essa balança comercial. Em relação ao IED chinês no Brasil, os autores identificam o direcionamento do capital para os estratégicos como petróleo, transporte e agricultura, o que demonstra o interesse chinês nos setores ligados à exportação de commodities. Contudo, destaca-se que as informações obtidas pelos autores em relação ao IED chinês se mostram limitadas, sem o uso de bases de dados mais robustas sobre esses investimentos.

Pereira e Libânio (2023) destacam as relações econômicas entre o gigante asiático e o Brasil a partir do mapeamento da atuação empresarial chinesa na economia brasileira ao longo dos séculos XX e XXI em termos comerciais e de investimentos. Para os autores, as interações comerciais se mostram como reprodutoras de um padrão norte (onde se insere a China nessas relações) e sul (onde se insere o Brasil), em que há uma assimetria tecnológica

dos produtos comercializados. Contudo, em relação à inserção do IED chinês no Brasil, Pereira e Libânio utilizaram a base de dados da Receita Federal para verificar a entrada de empresas chinesas no Brasil, o que demonstrou que a presença de firmas chinesas no Brasil nos setores primários não foi predominante, uma vez que a maioria das empresas ingressou na indústria de transformação e em atividades financeiras. O estudo de Pereira e Libânio revelou a existência de uma tendência em longo prazo das empresas chinesas no Brasil estarem associadas à busca de expansão da acumulação de capital industrial e de infraestrutura alinhados aos interesses das companhias chinesas.

Nesse contexto, é preciso evidenciar o desenvolvimento de estudos acadêmicos que destacam o crescimento de um novo agente econômico importante no mundo, a China. Mendonça et al. (2021) destacam que a estratégia chinesa de desenvolvimento e expansão da diversificação dos investimentos do país no exterior foi impactada pela política “Going Global” que se foca na internacionalização das empresas no exterior, especialmente em um contexto de necessidade de mais recursos naturais para o crescimento chinês. Junqueira (2020) ressalta que a estratégia adotada por Pequim é volátil, sendo alterada conforme as necessidades da economia chinesa. Em um primeiro momento, centrou-se na busca por recursos naturais e energéticos, mas, recentemente, cresceu o investimento em indústrias de tecnologia, especialmente de empresas com técnicas não desenvolvidas na China.

A estratégia de internacionalização dos investimentos diretos de Pequim no globo perpassa também por facilidades e incentivos da estrutura administrativa chinesa para tornar mais rápido e menos burocrático a aprovação de investimentos no exterior, sem deixar de alinhar essas com os objetivos do Governo Central do país (Kotz; Ouriques, 2021). Jaguaribe (2018) evidencia que a estratégia chinesa “Going Out” também está associada à busca por maiores rendimentos dos investimentos externos chineses, que muito se centravam até 2008 em títulos do tesouro dos Estados Unidos, investimento esse afetado durante e após a crise do Subprime. Nesse contexto, simultaneamente com a intensificação da estratégia de internacionalização das empresas e capital chinês, o Brasil experimentou no pós-crise de 2008 um crescente aumento das relações comerciais com a China e elevação dos fluxos de investimentos chineses no país (Hiratuka e Sarti, 2016; Oliveira, 2010).

A partir do exposto, as discussões sobre as relações comerciais Brasil-China e do IED chinês no Brasil têm sido cada vez mais relevantes nos estudos das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional. A partir do exposto, Cariello (2021) destaca que as inversões externas de capital de Pequim no Brasil tiveram expressivo crescimento desde os anos 2000. De acordo com levantamento do Conselho Empresarial

Brasil China (CECB), entre 2007 e 2020, 130 empresas chinesas anunciaram 241 projetos no Brasil, com potencial de investimentos que chegaram a US\$110,6 bilhões (Cariello, 2021, p.18). Com esse alto montante de IED chinês no país e a intensificação das relações comerciais, é importante trazer os estudos de Oliveira (2004) que evidenciam que as relações Brasil-China perpassam por um aprofundamento desde o início de seu estabelecimento e, a partir dos anos 2000, têm sido tratadas por ambas as nações como uma parceria estratégica, onde há congruência de interesses internacionais em uma relação de complementaridade mútua. Hao Su (2009) destaca que a China possui uma divisão em relação às relações com seus parceiros, onde o mais alto nível de cooperação e relacionamento se encaixa na definição chinesa de “parceria estratégica”. Concepção de parceria que se liga com a ideia de “mundo harmonioso” defendida pelo gigante asiático, onde:

The idea of “harmonious world” has become a strategic conception of constructing a new world order through diplomatic effort. “Harmonious world,” being the development of an independent foreign policy of peace to a higher level, has become the major item in the three ideas of the Chinese government; peace, harmony and win-win, and it clearly declares to the outside world China’s resolution to peaceful development. (Hao Su, 2009, p.34)

Nesse contexto, fica evidente a existência de ideologias e estratégias que norteiam a inserção de Pequim no Sistema Internacional, onde a ideia de “mundo harmonioso” e de desenvolvimento de uma relação de ganho mútuo entre os parceiros. Por conseguinte, mesmo existindo esse discurso e ideologia, é perceptível nas literaturas o debate sobre a possibilidade do desenvolvimento de uma dependência em relação ao gigante asiático em suas relações econômicas de comércio e investimento com a América Latina e o Brasil. Dessa forma, o presente trabalho tem em vista contribuir com as discussões e apresentar novas perspectivas para o estudo das relações comerciais entre Brasil e China, e do IED chinês no Brasil.

Embora os estudos atuais cheguem a se aproximar de uma visão do Sistema Internacional de modo estruturalista, apresentam uma possível relação desfavorável para o Brasil nas relações de comércio e investimento com a China, não há um foco em analisar especialmente a verificação de uma relação de dependência em si. A análise dessas informações econômicas pode ser realizada através do uso de uma importante teoria nascida e desenvolvida na América Latina durante os anos 60, a Teoria Marxista da Dependência. A capacidade de análise crítica da teoria pode auxiliar em uma nova forma de visualização dessas interações comerciais e de investimentos entre Brasil e China, contribuindo para o debate e análises dessas relações.

Somado ao exposto, a TMD se mostra como importante para visualização das interações entre o gigante asiático e a maior economia da América Latina para verificar se o constante aprofundamento das relações entre os dois países realmente se inserem em seu âmbito econômico e de investimentos numa lógica de ganhos mútuos e de Mundo Harmonioso, apresentados melhor ao longo do presente trabalho. Comparar o discurso político e a prática se mostra como essencial para o melhor entendimento da aproximação bilateral entre o Brasil e a China em um discurso de “parceria estratégica”.

O uso da TMD como perspectiva teórica, para além de sua relevância para compreensão das relações de dependência, permite explicar e entender essas relações a partir da perspectiva de quem sofre a exploração e vivencia essa dependência, a periferia global. Periferia essa impactada por um sistema econômico que promove constrangimentos, como bem retratado na Economia Política por autores como Samir Amin, Raul Prebisch, Arghiri Emmanuel, Vandana Shiva, Celso Furtado, Ha-Joon Chang, dentre tantos outros. Assim, a partir da perspectiva dessa teoria, o presente trabalho irá se focar em um ponto de análise importante para a TMD, o IDE e as trocas comerciais. Dois elementos das interações econômicas entre Brasil e China que têm se intensificado nas últimas duas décadas sendo considerados de relevância para a teoria em uso, uma vez que seriam formas de assegurar a dependência (Marini, 1973; Santos, 1970).

Por fim, o presente trabalho encontra também sua justificativa em verificar, ainda que em menor escala, a partir do investimento chinês no Brasil e das trocas comerciais Brasil-China, indícios de uma possível inserção Imperialista chinesa em sua relação com o Brasil. Buscando fomentar estudos para compreensão de se a China, como país socialista e com ideologias alternativas aos países ocidentais, estaria reproduzindo o sistema de dependência e extração de mais-valia da periferia em prol do seu desenvolvimento econômico e melhora da qualidade de vida da sua população. Formato esse de exploração que se assemelha ao sistema de exploração utilizado pelas potências centrais no sistema capitalista.

1- A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

1.1 Histórico e Características Gerais da Teoria

As diferenças econômicas e sociais entre os países do Sistema Internacional permeiam as Relações Internacionais e as diferentes perspectivas de análises utilizadas para o entendimento e compreensão da realidade que está sob foco. Nesse cenário, a Teoria da Dependência se insere como uma das formas de analisar a realidade na qual se inserem as relações entre os países a partir da visualização de uma evidente relação desigual entre os países latino-americanos e o centro capitalista. Desenvolvida de forma mais ampla a partir dos anos 1960, a Teoria da Dependência surge com o intuito de explicar o desenvolvimento vivenciado pela América Latina, especialmente durante a fase de substituição de importações (Duarte e Graciolli, 2007).

Duarte e Graciolli (2007) destacam que a teoria visa explicar e compreender as especificidades das economias latino-americanas, em um cenário onde outras teorias se mostravam insuficientes e com incapacidade de entender o funcionamento e integração da região ao capitalismo e a persistente desigualdade interna e externa da América Latina. Assim, destaca-se que a região possuía particularidades que tornaram inviáveis a reprodução do sistema capitalista nos moldes vivenciados pelo centro nas economias consideradas “avançadas”. A teoria revisitou a existência de uma hierarquia no sistema capitalista e do desenvolvimento desigual e combinado criado por esse sistema (Santos, 1970). Ao centro coube, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, centralizar as decisões do sistema e o progresso tecnológico e produtivo, enquanto à periferia coube uma inserção marginal, tardia e de forma subordinada.

Ademais, para a TMD, por mais contrapostos e distintos que sejam, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento coexistem mutuamente, onde um (o desenvolvimento) causa o outro (o subdesenvolvimento), na medida que grandes acúmulos de capital são obtidos no sistema capitalista através da exploração e extração da mais-valia. Assim, o subdesenvolvimento é produto do desenvolvimento, não sendo etapas de um processo evolutivo (Duarte; Graciolli, 2007). Essa relação se relaciona com Santos (1970) ao demonstrar a existência de uma relação desigual e combinada, desigual na medida que os níveis de desenvolvimento se tornam discrepantes pela exploração de uma nação sobre a

outra, e combinada, onde, pela interação do papel do centro e da periferia, perpetua-se o funcionamento do sistema.

A Teoria da Dependência se desenvolveu a partir de diferentes perspectivas e teorias de análise, dessa forma, existem diferentes vertentes que partem de pressupostos e concepções diferentes para explicar o subdesenvolvimento, as duas principais são a TMD e a Teoria Weberiana da Dependência. A primeira utiliza o marxismo para visualização e compreensão da realidade material, evidenciando a importância da estrutura econômica sobre o meio social, alinhando-se também com a teoria do imperialismo de Lênin e considerando que a dependência não pode ser superada nos moldes capitalistas (Hoeveler, 2018). Já a segunda se foca sobre a vertente weberiana ou do capitalismo dependente associado, onde a sociedade de cada nação passaria por uma transição do tradicional para o moderno e o desenvolvimento seria um processo social em que o conflito para o estabelecimento dos interesses nacionais guiaria ao desenvolvimento (Duarte e Gracioli, 2007). A partir do exposto, por mais que buscassem explicar o subdesenvolvimento persistente e a relação de dependência entre centro e periferia, as vertentes possuem divergências. Nesse contexto, o presente trabalho irá utilizar o aporte teórico da TMD para análise das relações comerciais e do investimento chinês no Brasil.

1.2 A Teoria Marxista da Dependência, América Latina e Brasil

A América Latina vivenciou, ao longo de sua história, uma integração periférica no capitalismo internacional. A história da região e de sua colonização perpassa por motivações anteriores. Caio Prado Jr. (1961) retrata o processo de colonização como resultado de um acúmulo de motivações e circunstâncias prévias que acabam direcionando as formas como se processam os acontecimentos históricos. Para o autor, a colonização da América Latina perpassa por motivos anteriores, como o de necessidade da expansão comercial e latente busca por recursos que permitissem a ampliação do sistema comercial vigente, sendo o “descobrimento” da região um capítulo da história do comércio europeu (Prado, 1961) e, conseqüentemente, do desenvolvimento do capitalismo.

Sendo assim, destaca-se que a região foi colonizada pelas potências para contribuir inicialmente à necessidade de expansão do sistema econômico em formação, aumentando os fluxos comerciais e propiciando a expansão dos meios de pagamento, que financiaram o desenvolvimento comercial e industrial na Europa (Marini, 1973). Para Theotônio dos Santos (1970), a dependência se caracteriza por uma relação de interdependência, onde os países

dominantes conseguem expandir sua economia de forma mais autossuficiente, enquanto os países dependentes apenas conseguem expandir sua economia como reflexo da expansão dos dominantes, não havendo, portanto, sustentação econômica interna capaz de autossustentar o desenvolvimento. Essa relação, contudo, não significa que o centro capitalista não precise dos países dependentes, afinal, é a partir desses que é realizada a extração de mais-valia que irá permitir o acúmulo de capital e a centralidade das nações dominantes no sistema econômico capitalista.

Para a TMD, as modificações ocorridas a partir da Revolução Industrial e a ascensão inglesa como maior economia mundial estabeleceram uma estrutura denominada de Divisão Internacional do Trabalho (DIT), divisão em que se configura a dependência e a hierarquia entre os países que a compunham. Para Marini (1973), a relação de subordinação entre centro e periferia se firmou inicialmente através do uso da força e da violência, onde o centro se aproveitou da debilidade das economias periféricas para aumentar a expropriação das riquezas. Contudo, o autor destaca que as características estruturais do sistema capitalista criaram mecanismos econômicos que consagram a subordinação.

A partir do exposto, coube à América Latina, ao adentrar o sistema econômico vigente como região composta por países formalmente independentes, especializar-se na DIT não apenas como produtora de bens primários para as indústrias do centro, mas também como compradora das manufaturas produzidas. Relação essa desigual, na medida que, enquanto cresce a oferta de alimentos e matérias-primas produzidas pela América Latina, o seu preço cai relativamente ao preço das manufaturas produzidas pelo centro (Marini, 2017). Destaca-se, portanto, que o desenvolvimento das relações econômicas entre centro e periferia se fortaleceu a partir da industrialização europeia e permitiu a reprodução de um sistema de subordinação que, estruturalmente, amplia a dependência da periferia para com o centro.

A inserção brasileira no capitalismo não se mostra como diferente da história geral da América Latina, demonstrando-se, na verdade, como um exemplo evidente dessa inserção periférica e dependente. Colonizado por portugueses a partir dos anos 1500, a história brasileira é marcada pela subordinação a agentes externos que se modificaram ao longo dos anos, Portugal, Inglaterra, Estados Unidos, entre outras potências. O crescimento econômico nacional e seus ciclos econômicos sofreram influência externa, açúcar, ouro, café, borracha, e até mesmo sua própria industrialização se colocam como reflexo dos contextos e crescimento externos (Santos, 1993). Sendo assim, as estruturas econômica e social brasileiras refletem a sua dependência iniciada desde sua colonização e perpetuada até os dias atuais, onde, por

mais que seja marcada por momentos de crescimento econômico, a superação do subdesenvolvimento e da dependência não se concretizou.

Somado ao exposto, Carcanholo (2004) e Santos (1970) expõem a existência de três diferentes formas de dependência ao longo da história. A colonial, baseada na exportação de recursos naturais das colônias para as metrópoles, onde domina o capital comercial e financeiro. A segunda forma seria a dependência financeira e produtiva/industrial, quando o capital do centro domina e se expande por meio de investimentos na produção de produtos voltados para exportação, determinada pela demanda dos países centrais. Por fim, a última forma de subordinação seria a tecnológica e financeira, marcada pela expansão e dominação das multinacionais, dominando o mercado interno da periferia e aumentando a dependência por moeda estrangeira para compras de maquinários e tecnologias do centro, limitando os recursos e a compra desses equipamentos pela imposição de monopólios e patentes.

Por conseguinte, pode-se contextualizar esses tipos de dominação com a história da América Latina e do Brasil, a qual se faz presente principalmente com a colonização da região e do país, iniciada a partir da chegada dos colonizadores com as Grandes Navegações. O segundo formato de dominação se faz presente de forma considerável a partir da intensa participação do capital estrangeiro para a produção de bens primários e commodities para o centro. Por fim, a última dominação é evidente com a abertura econômica após o fim do processo de substituição de importações e o aumento da presença das multinacionais, assim como a diversificação do IED como forma de obtenção de divisas para industrialização.

1.3 A Teoria Marxista da Dependência e o Imperialismo

É possível destacar que a TMD recebe influência das obras de Lênin, especialmente da concepção do Imperialismo. Ressalta-se que, conforme Leite e Carcanholo (2021), a teoria do Imperialismo e a TMD partem do mesmo processo econômico que iniciaria a relação de dependência da periferia em relação ao centro, as trocas desiguais. A partir do desenvolvimento do capitalismo em escala global, as trocas comerciais se figuram como importantes para o funcionamento do sistema, especialmente a partir da Revolução Industrial e a consolidação do sistema econômico capitalista. A denominada “Grande Indústria” desenvolve o capitalismo na medida que instaura uma nova forma de produção baseada na DIT (Leite, Carcanholo, 2021). Essa divisão se baseia na especialização produtiva, onde o centro se especializa na produção de manufaturas com maior valor agregado e a periferia na exportação de matérias-primas.

Nesse contexto, as nações dependentes produzem bens com menor valor agregado e importam as manufaturas com maior tecnologia e valor do centro, relação essa desigual, pois a diferença relativa do valor agregado entre os produtos comercializados pelo centro e pela periferia causa déficits e desvantagens para os países dependentes (Marini, 2017). Essa relação causa déficits estruturais na balança comercial dos países periféricos, que exige constantemente mais recursos e empréstimos das potências centrais para financiamento desses desequilíbrios, aprofundando a dependência da periferia do centro. Assim, essa divisão e especialização produtiva se expõem como uma forma de consolidar a subordinação estrutural do capitalismo, diferenciando as nações conforme a divisão imposta pelo sistema.

Marini (1973) explicita que a economia exportadora dos países dependentes se fundamenta em uma sociedade baseada no capitalismo, mas que acentua ao limite as contradições inerentes ao sistema, onde, cada vez mais dependente do mercado externo para escoar sua produção e gerar divisas para a compra de produtos do centro, a periferia aprofunda sua subordinação. Dessa forma, o comércio internacional se figura como um dos pontos de gênese da dependência entre países imperialistas e dependentes, onde o desnível tecnológico e a especialização produtiva perpetuam uma relação de dependência a partir das trocas desiguais. Essa forma inicial de exploração e manutenção da situação de dependência acaba por se transformar ao longo da história e das alterações do capitalismo, que desenvolve novas formas de dar continuidade a essa subordinação (Marini, 2017).

Para Lênin (2011), o capitalismo da livre concorrência modifica-se gradativamente devido ao desenvolvimento e amadurecimento do próprio capitalismo, provocando a criação de grandes monopólios e tornando o capital financeiro cada vez mais importante para a acumulação. O imperialismo se configura como uma fase “superior” do capitalismo, onde o desenvolvimento do sistema econômico atinge tal ponto que sua modificação se torna imprescindível (Lênin, 2011). Para o autor, o intenso processo de acumulação de excedente de capital nos países centrais e redução de sua rentabilidade em mercados já dominados encontra na exportação de capitais para a periferia a saída para o aumento de sua lucratividade. Esse capital acumulado encontraria maiores taxas de lucro e rentabilidade no mundo subdesenvolvido pela sua estrutural escassez de recursos financeiros, assim, fugindo do capitalismo e de mercados já consolidados no centro, o capital pode continuar a sua acumulação em ritmo acelerado. Existiriam 5 características essenciais do imperialismo: a concentração elevada de capitais, criando monopólios; fusão do capital bancário com o industrial; maior relevância da exportação de capitais; formação de associações monopolistas e partilha do mundo entre as potências (Lênin, 2011, p. 218).

Nesse cenário, é evidente que o estabelecimento dos fluxos de capitais do centro em direção à periferia se torna um elemento característico da nova fase do sistema capitalista, associado ao momento histórico pelo qual o capitalismo vivencia. A teoria do imperialismo em muito se liga com a história da América Latina, especialmente a partir dos anos de 1930. As restrições externas para importação de bens manufaturados do centro fomentaram a nascente industrialização dos países latino-americanos, na necessidade de suprir sua demanda por produtos importados, no que ficou conhecido como processo de industrialização de substituição de importações (Tavares, 2000). Destaca-se que o capital para dar continuidade a esse processo a partir da compra de maquinários para o desenvolvimento industrial na periferia se encontrava nos países centrais, onde se concentram as sedes das grandes corporações imperialistas com alta disponibilidade de capital (Santos, 1970).

Por conseguinte, com a busca de ampliar seus rendimentos e com a necessidade periférica de capital e maquinário para sua industrialização, a difusão do IED como meio de aplicação de recursos no exterior se diversifica e se torna comum no sistema econômico capitalista. Inicia-se uma modificação da DIT, em que são transferidas para a periferia etapas inferiores do processo produtivo, enquanto o centro permanece no domínio de etapas mais sofisticadas e com o monopólio da tecnologia (Marini, 2017).

Santos (1970) destaca a existência de mecanismos que limitam o desenvolvimento das economias dependentes. Os setores mais intensivos em tecnologia dependem dos recursos gerados pelo setor de exportações, para gerar divisas para a compra de maquinários e tecnologia. Contudo, a crescente desigualdade entre os valores dos produtos comercializados pelo centro (intensos em tecnologia e com alto valor agregado) e pela periferia (produtos primários e com baixo valor agregado) restringe estruturalmente a adoção da tecnologia nos processos produtivos da periferia. O autor relaciona sua teoria ao conceito de imperialismo trazido por Lênin (2011) ao trazer o desenvolvimento industrial como condicionado pelo monopólio da tecnologia exercido pelo centro imperialista (Santos, 1970, p. 233). Nesse contexto, as empresas monopolistas detentoras de tecnologia (protegida por patentes e leis de propriedade intelectual) não comercializam seus produtos como um bem simples, demandando recursos como royalties para uso de seus equipamentos ou transformam suas máquinas avançadas em capital e as transferem para a periferia em forma de seu próprio investimento, ou seja, em IED (Santos, 1970).

Desse modo, a utilização do IED e a expansão das multinacionais ao redor do globo partem de uma lógica de reprodução do monopólio e imperialismo proposto por Lênin (2011). Assim, evidencia-se que o IED se constrói numa lógica de manutenção de uma estrutura

desigual que favorece a preservação de monopólios das grandes corporações imperialistas, dominando bens e processos produtivos com alto valor agregado e tecnologia que permitem a manutenção de trocas desiguais entre centro e periferia. Desse modo, há a necessidade dos países dependentes de abrir sua economia para entrada de capital estrangeiro, como IED, para financiar seus crescentes déficits em suas Balanças de Pagamento para a compra de máquinas e tecnologias importadas (Marini, 2017; Santos, 1970).

Somado ao exposto, é possível evidenciar que a diversificação do IED, para permitir o maior acúmulo de capital, é utilizada como reforço da dependência dos países periféricos a partir da perspectiva da TMD. Carcanholo (2009) expõe o IED como uma nova forma de extração de mais-valia da periferia em direção ao centro, repatriando lucros e dividendos, não estabelecendo necessariamente essa expropriação através do fluxo de comércio de produtos. A rígida regulamentação internacional que garante os direitos e royalties pelas tecnologias importadas, bem como a falta de propriedade sobre o conhecimento tecnológico fornecido pelas empresas transnacionais instaladas por meio da IED, aumenta o envio de lucros ao exterior. Isso aprofunda a saída estrutural de recursos da periferia e resulta em estrangulamento externo dessas economias (Carcanholo, 2009). A partir da perspectiva da TMD, o IED também está associado ao domínio do mercado interno dos países receptores por empresas multinacionais, que reproduzem a lógica de consumo externa e dominam os processos produtivos a partir da lógica de produção que lhes convém, retirando-se, portanto, do âmbito nacional o centro de decisões (Santos, 1970).

No próximo capítulo, será apresentada a estratégia de internacionalização do capital chinês no mundo com a política “Going Global” e a ideologia de “Mundo Harmonioso”, norteadora da inserção internacional chinesa, aspectos essenciais para entender melhor o discurso e a visualização dos interesses chineses na sua inserção global e de seu capital.

2- A ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL CHINÊS

2.1 A Concepção Chinesa de Mundo Harmonioso

As Relações Internacionais e a estrutura do Sistema Internacional são permeadas pelas construções, interações e atuação dos países que os compõem, sendo tradicionalmente marcada pela preponderância de nações com poderio econômico e militar capazes de exercer maior influência sobre o sistema. Nesse contexto, a busca pela inserção internacional e a forma com a qual ela se dará permeiam as discussões nas Relações Internacionais. Assim, a China, durante boa parte de sua história recente, possuía uma tímida inserção no exterior, por vezes direcionada por escolhas de seus governantes.

Nesse ínterim, a China tem ampliado a sua participação internacional, a partir de sua abertura econômica da década de 1990 (Xulong, 2017), o país não apenas liberalizou em certa medida seu mercado, como também ampliou sua interação com o resto do planeta. Com o rápido crescimento econômico e a crescente importância da nação no globo, o desenvolvimento de estratégias para inserção chinesa no exterior perpassou pelo estabelecimento de ideologias que permeiam os objetivos e a forma como o país procura se estabelecer internacionalmente. Assim, insere-se nesse cenário de aumento da participação chinesa no Sistema Internacional o desenvolvimento da ideologia chinesa para suas relações externas com a ideia de “Mundo Harmonioso” derivada do Confucionismo Clássico, utilizada a partir de 2004 como uma política nacional e internacional (Zhang, 2007).

Essa concepção chinesa perpassa pela ideia de construção de um mundo harmonioso, onde as diversas culturas, sociedades, valores e sistemas coexistem em paz, respeitando-se as diferenças e garantindo a paz e prosperidade (Zhang, 2007, p.2). Essa ideia vê a construção de uma nova ordem mundial através do esforço diplomático, atrelado ao desenvolvimento de uma política externa para a paz de alto nível (Hao, 2008, p.34). O governo chinês e seu povo fomentariam a paz, o desenvolvimento e a cooperação, resguardando os interesses nacionais de soberania, segurança e desenvolvimento mútuo com o resto do mundo (Hao, 2008). Conforme Zhang (2007), o ideal de harmonia proposto por Pequim estaria para além de uma visão idealista para o mundo, seria uma solução prática para os problemas enfrentados pelo globo, com uma abordagem que poderia lidar melhor com as problemáticas da globalização, do crescimento econômico e dos problemas de segurança existentes.

Utilizando-se dessa ideia, a China se projetaria internacionalmente em busca da construção de um mundo mais pacífico, não se colocando como uma ameaça, favorecendo a cooperação e o multilateralismo como forma de contribuição para alcançar tais objetivos. Assim, para além do discurso, o comportamento externo da nação está atrelado a essa concepção harmônica, na chamada “ascensão pacífica” de Pequim como importante player internacional (Zhang, 2007). Somado ao exposto, como reverberação dessa ideologia para inserção global, duas expressões se inserem: a primeira seria a divisão ou compartilhamento de oportunidades para o desenvolvimento local e regional, buscando a estabilidade global. A outra seria o jogo “win-win”/ganha-ganha das relações, onde, estabelecidas as relações e cooperação da China com outras nações, os envolvidos se beneficiariam mutuamente, com equidade e confiança recíproca (Hao, 2008, p.33).

Evidencia-se que a China buscaria se inserir para além de uma lógica ocidental estritamente capitalista, o que acaba por reverberar em suas ideologias e inserção externa. A cooperação e as relações win-win estariam ligadas aos ideais socialistas de superação de relações com apenas um beneficiário, aprofundando-se para diversos âmbitos como econômico, político e de segurança, onde em cada um a China procuraria se inserir defendendo relações de benefícios compartilhados, estabilidade, paz, segurança, desenvolvimento conjunto e prosperidade (Xulong, 2017).

Por conseguinte, organismos multilaterais são vistos como forma de criação de espaços para o diálogo, cooperação, proposição de ideias e soluções para problemas conjuntos das mais diversas nações. Derivado dessas concepções, a China enxerga nos organismos multilaterais um modo de contribuir para esse “Mundo Harmonioso”. Essas organizações conseguiriam ampliar o espaço para o diálogo e a propagação das concepções pacíficas e harmoniosas, onde, simultaneamente, o país poderia promover seus interesses e a construção de um mundo pacífico e respeitoso às diferenças (Zhang, 2007).

Xulong (2017) e Zhang (2007) retratam que a defesa pela extinção de barreiras à troca de mercadorias e o protecionismo também se inserem como pontos defendidos nessa busca pelo mútuo desenvolvimento, onde, para a China, a integração econômica e a liberalização de mercados caminhariam junto ao ganho mútuo dos envolvidos nessas trocas. Ademais, reverberando essas concepções, a chave para o desenvolvimento mútuo se encontraria também na integração econômica, onde não seria possível alcançar o desenvolvimento sem a cooperação e projetos compartilhados, especialmente aqueles baseados em construções de infraestruturas físicas como rodovias, ferrovias, portos e aeroportos capazes de conectar fisicamente as nações e promover a integração (Xulong, 2017).

2.2 A Estratégia Going Global

A inserção da China no comércio internacional e sua maior integração econômica com o mundo são marcadas pelas reformas de abertura iniciadas durante o governo de Deng Xiaoping no final dos anos 90 e pela Política de Portas Abertas (Kotz; Ouriques, 2021; Freeman, 2013). Nesse contexto, partindo de um intenso planejamento estatal e alinhado com as estratégias do Governo Central, a China lança em 1999 a estratégia de “Going Global” ou “Going Out”, em resposta à queda das exportações causada pela crise financeira asiática iniciada em 1997 (Ma; Overbeek, 2018). Oficialmente incorporada ao 10º Plano Quinquenal, a estratégia se focava no processo de internacionalização das empresas chinesas com apoio do Estado, onde, uma vez já preparadas para a competição, poderiam alcançar o mercado global (Rodrigues, 2020). A estratégia de internacionalização pretendia ampliar as inversões de Pequim externamente, diversificar a produção, melhorar os processos administrativos e financeiros para internacionalização de empresas chinesas e publicizar as companhias no exterior (Leite; Ramos, 2016).

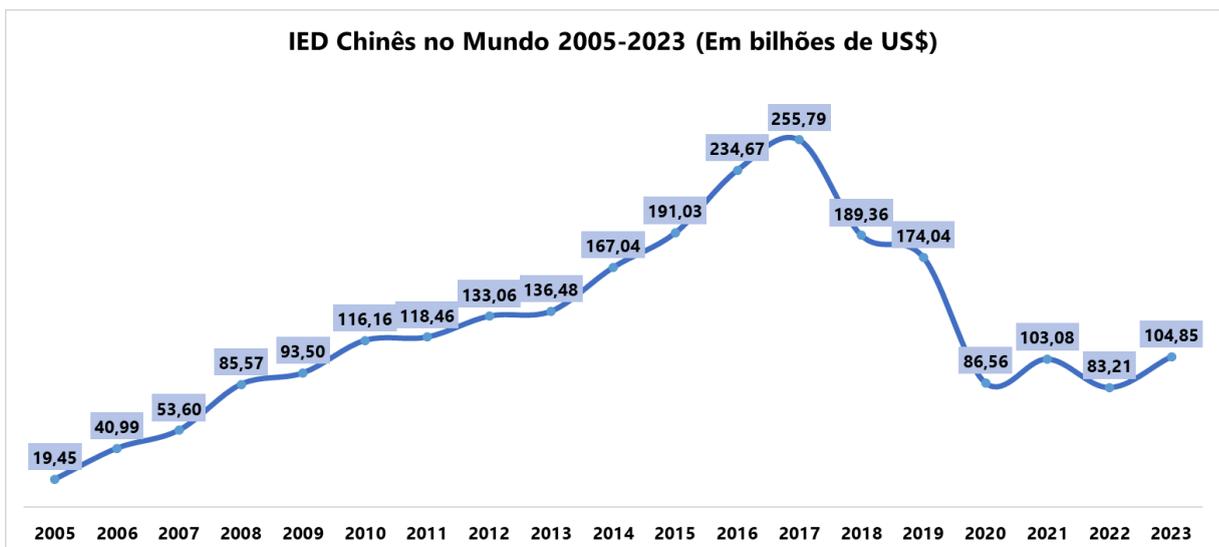
Masiero e Coelho (2014) e Freeman (2013) destacam que a política de lançamento das empresas chinesas no mercado internacional está ligada a uma preparação prévia orientada por um planejamento de melhoria produtiva e tecnológica da indústria nacional, com apoio do Estado. O investimento em tecnologia e na infraestrutura interna para permitir a expansão das empresas foi essencial para garantir sua competitividade externamente. Kotz e Ouriques (2021) ressaltam que a estratégia “Going Out” se desenvolveu e se fortaleceu em cada um dos Planos Quinquenais seguintes, conseguindo obter um grande crescimento na participação de firmas chinesas no mercado internacional, expandindo os fluxos de IED chinês no mundo.

Os objetivos da estratégia “Going out” incluíam a busca por segurança na obtenção de recursos naturais capazes de sustentar o crescente crescimento do gigante asiático, aumentar a influência da China no mundo, reduzir a dependência do capital externo, diversificar os investimentos e melhorar a competitividade da indústria nacional (Kotz; Ouriques, 2021). Para Yelery (2014) a estratégia “Going out” criou um senso de urgência nas indústrias chinesas em estabelecer uma rede de suprimentos ao nível global capaz de fornecer recursos para o país, caracterizando a política de internacionalização dos investimentos chineses como orientada para a busca de recursos naturais.

Atrelado ao exposto, a economia chinesa está associada à exportação de bens produzidos nacionalmente e do recebimento de fluxos de capital externo, estratégias como a de internacionalização das empresas de Pequim visam também a redução da dependência do

mercado externo para o funcionamento da economia chinesa. Ma e Overbeek (2018) ressaltam que o gigante asiático passou por um longo período de aumento das suas reservas e investimentos internacionais desde sua entrada na OMC e alto crescimento econômico, onde em 2014 a China detinha US\$ 3,8 trilhões em reservas cambiais e mais de dois terços investidos em títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Assim, a crise de 2008 gera consequências sobre o país e sua economia, iniciando um processo de uso de políticas expansionistas para reduzir o impacto da recessão global (Kotz; Ouriques, 2021). Freitas e Borghi (2024), Holland e Barbi (2010) e Hongying (2016) destacam que o IED chinês ampliou sua inserção internacional, especialmente após a crise financeira de 2008, em um cenário de busca por diversificação de investimentos. Visto os impactos da crise e a necessidade de aceleração da redução da importância do consumo externo na economia, os investimentos de Pequim no exterior, diversificam-se e aceleram a estratégia de “Going Out” (Hongying, 2016).

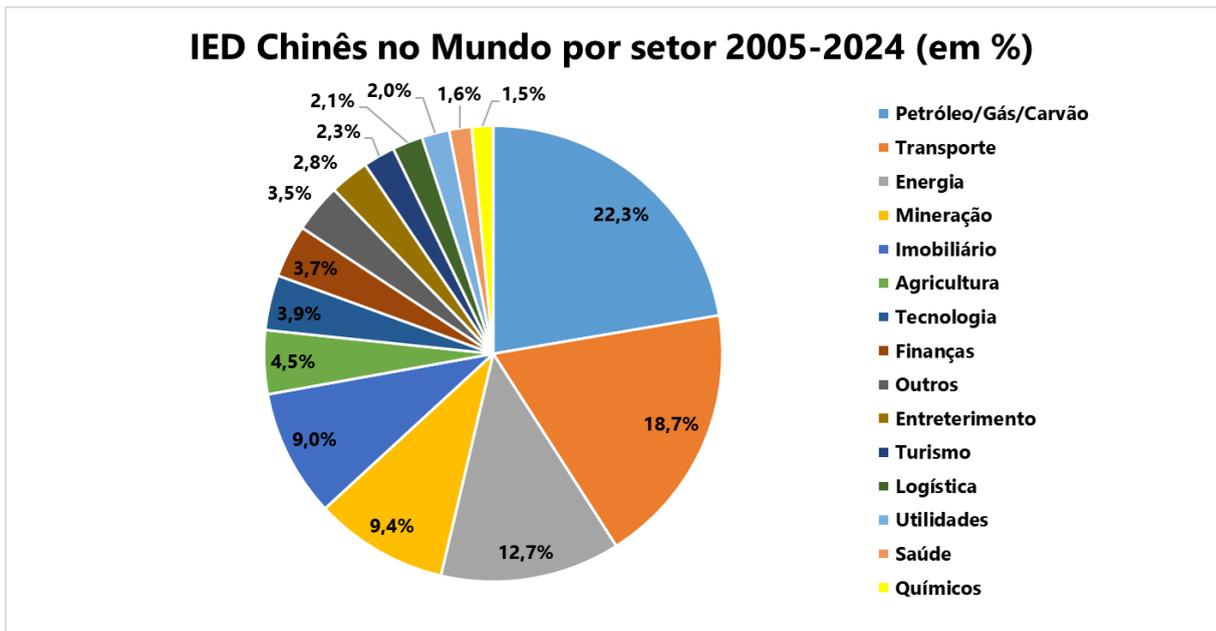
Gráfico 1



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do China Global Investment Tracker.

Nesse cenário, pode-se perceber, pelo Gráfico 1, o expressivo aumento dos investimentos chineses no mundo a partir de 2008, o que ressalta como a estratégia de internacionalização dos investimentos e empresas chinesas ganhou força a partir da “Crise do Subprime”. Contudo, é evidente que os níveis de investimento no exterior ainda não recuperaram os níveis pré-pandemia, onde é possível verificar a retração das inversões a partir de 2020.

Gráfico 2



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do China Global Investment Tracker.

Como já exposto, a centralidade dos investimentos em setores ligados à produção de commodities e abastecimento do país com recursos naturais tem sido um dos enfoques do investimento do gigante asiático no globo. Acioly et al. (2009) destacam a baixa empregabilidade das companhias chinesas no exterior, a centralidade das inversões de capital nos setores de mineração, energia, petróleo e produção de produtos agrícolas, evidenciando o alinhamento com a estratégia de sustentar o crescimento da demanda interna por recursos naturais. Assim, é possível verificar no Gráfico 2 a grande alocação do IED chinês em setores ligados a commodities, mais especificamente em petróleo, gás e carvão e mineração, que juntos correspondem a mais de 31% dos IED alocados, mostrando a ligação com a busca por recursos energéticos. O setor de transportes tem a segunda maior alocação de recursos, o que se liga aos interesses chineses de melhorar o escoamento da produção de commodities, conforme exposto por Hiratuka e Sarti (2016).

A estratégia de internacionalização e expansão dos investimentos chineses no mundo se relaciona com a criação de um dos projetos mais ambiciosos de construção de infraestrutura e interligação comercial da história. O projeto “One Belt, One Road” desenvolvido pelo Governo Chinês, desenvolve-se de forma atrelada à expansão da integração e abertura econômica da nação com o resto do mundo. A Nova Rota da Seda tem objetivos principais para sua atuação que são: desenvolver a conexão entre Ásia, Europa e África através da infraestrutura, promover a integração comercial e econômica dos países integrantes

do projeto, garantir o acesso da China a recursos naturais e energéticos, desenvolver a cooperação e o crescimento regional e ampliar o IED chinês nas regiões de atuação do projeto (Du; Zhang, 2017).

Nesse cenário, é possível destacar que há nos objetivos da “One Belt, One Road” a continuidade de objetivos relacionados com a estratégia de internacionalização das empresas chinesas e conseqüente ampliação do montante de inversões de capital do país no exterior, destacando a permanência de objetivos como a busca por recursos naturais e ampliação das empresas chinesas no exterior. Além disso, é possível trazer que o projeto também se relaciona com a busca por aumento da integração e cooperação chinesa com a região de abrangência da Nova Rota da Seda. Esse projeto se alinha com preceitos destacados por Freeman (2013) sobre a internacionalização do capital de Pequim na busca de cooperação e participação na governança regional e ampliação da sua relevância no cenário internacional. Assim como visando a construção de uma integração que perpassa pela construção de infraestruturas físicas capazes de interligar os seus integrantes e contribuir para um desenvolvimento mútuo, alinhado com os princípios de cooperação e relações win-win (Xulong, 2017).

Tanto a política de “Going Out” como a Nova Rota da Seda se relacionam à necessidade crescente do aumento da capacidade de produção das indústrias chinesas e à busca pela continuidade do seu processo de crescimento, em um cenário marcado pela desaceleração do crescimento econômico de Pequim (Kotz; Ouriques, 2021; Du; Zhang, 2017; Mações, 2018). Lu e Nugent (2021) demonstram que não apenas a necessidade de redução da ociosidade produtiva como também objetivos como redução dos níveis de poluição do país a partir da internacionalização dos processos produtivos das indústrias locais também foram fatores relevantes para ambas as estratégias de diversificação do capital no exterior.

A estratégia de financiamento e execução do projeto da Nova Rota da Seda nos países participantes está ligada ao financiamento por empréstimos para construção dos projetos de infraestrutura obtidos por meio de bancos chineses a juros menores, que condicionam o uso dos recursos com a contratação de empresas da China para execução do projeto (Mendonça et al., 2021). Nesse contexto, o “One Belt, One Road” também está ligado ao investimento em infraestrutura capaz de escoar a produção de insumos e recursos naturais para a China, com a construção de portos, rodovias, ferrovias e entre outros, que facilitam o processo de logística, reduzindo custos e perdas (Spellmann e Leite, 2020). A Nova Rota da Seda é vista por Claudio e André (2022) como um projeto que extrapola a cooperação econômica, sendo uma

grande estratégia com atuação de múltiplos agentes que contribuem para a geoestratégia e geopolítica chinesa, onde há uma busca por ganhos mútuos, mas que possui como maior beneficiário a China. Muitos países receptores dos investimentos por meio de empréstimos e IED concessionais chineses não têm conseguido suprir as condicionantes da entrada desses capitais, o que tem favorecido Pequim no uso de coerções econômicas para explorar as dívidas dos países nos quais investiu (Cláudio e André, 2022, p.94).

Conceituada a concepção de Mundo Harmonioso e a estratégia de internacionalização das empresas chinesas e de seus investimentos no mundo, o próximo capítulo irá abordar as relações comerciais entre o Brasil e a China e o IED chinês no Brasil, em uma abordagem mais quantitativa, para posterior análise a partir da TMD.

3. AS RELAÇÕES COMERCIAIS CHINA-BRASIL E O IED CHINÊS NO BRASIL

3.1 As Relações Bilaterais e Comerciais Brasil e China

As relações bilaterais entre o Brasil e a China são caracterizadas por alterações ao longo de sua existência, com momentos de aproximações e afastamentos, especialmente por razões ideológicas e políticas vivenciadas interna e externamente a cada um dos países. A República Popular da China foi fundada em 1949, enquanto, no Brasil, durante a década de 50, buscava-se por maior diversificação de seus parceiros comerciais e a China por maior reconhecimento internacional. A China foi fundada como um país socialista e a ditadura instaurada em 1964 no Brasil, que em muito se utiliza da ideologia anti-socialista, tornou difícil a aproximação entre as nações. Contudo, gradualmente, houve uma aproximação entre as partes com a adoção de uma política externa brasileira mais pragmática e menos ideológica, no chamado pragmatismo responsável no Governo Geisel, havendo o estabelecimento das relações diplomáticas Brasil-China em 1974 com a assinatura do reconhecimento diplomático entre os países e desenvolvimento das trocas comerciais (Becard, 2011).

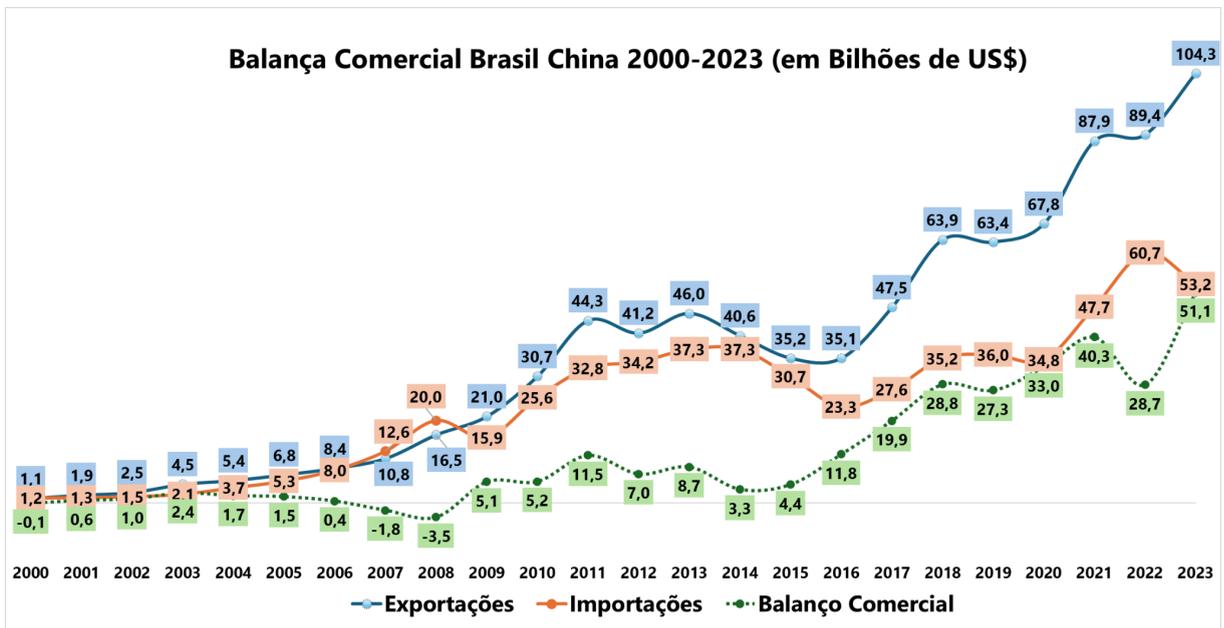
Nesse ínterim, Brasil e China desenvolveram nos anos seguintes uma aproximação cada vez maior, alinhada com interesses econômicos e políticos mútuos, por mais que existissem desconfianças decorrentes das ideologias políticas divergentes. Carneiro et. al. (2021) destacam que a concepção de ambas as nações de não ingerências sobre assuntos domésticos, possibilitou o desenvolvimento de relações entre dois países com sistemas divergentes. Ao longo dos anos 1980, as relações entre Pequim e Brasília enfrentaram dificuldades com a crise pela qual o Brasil vivenciou e a maior intensificação da Guerra Fria, que acabou por retrair a inserção externa chinesa (Becard, 2011). No início da década de 1990, com o fim das da União Soviética e busca chinesa por uma inserção internacional e o Brasil, com sua política externa de autonomia pela integração e liberalização de mercado, aceleraram-se as relações bilaterais entre as nações.

Nesse contexto, ambas as nações, marcadas pela busca por inserção internacional capaz de influenciar as decisões e regras do Sistema Internacional, assim como partindo de níveis de desenvolvimento semelhantes, alimentaram alinhamentos e congruências em suas ações internacionais. Oliveira (2010) destaca que, desde o início das relações, os dois países possuíam interesses comuns em algumas temáticas, assim como princípios alinhados, a

exemplo da defesa da soberania e autonomia, contrapondo-se à interferência externa. Su Hao (2008) ressalta a existência de 4 estágios de relações da China com seus parceiros, conforme a divisão do Estado Chinês, onde o mais alto nível é o de “Parceria Estratégica”. Nesse nível, há um amadurecimento das relações que permite a coordenação de esforços diplomáticos para estabelecer uma ação internacional conjunta entre a China e os parceiros que chegaram a esse nível. Pode-se trazer que a primeira nação com quem Pequim reconheceu ter alcançado esse nível de relação diplomática foi o Brasil, em 1993, na visita do Presidente Chinês Jiang Zemin, que declarou que a Cooperação Sul-Sul entre os Estados superou o estágio de relações bilaterais (Hao, 2008).

Paralelo ao exposto, as trocas comerciais entre ambos os países perpassam pelo desenvolvimento das relações bilaterais, começando a ter maior crescimento a partir do estabelecimento das relações diplomáticas, sendo atingidas ao longo de sua história pelas crises econômicas e pelo contexto internacional de inserção ou retratação de cada uma das nações. Nesse contexto, a abertura de mercado chinesa no final dos anos 90 inicia também um processo de crescimento econômico e crescente aumento da demanda por commodities, que fomenta o comércio entre Brasil e China (Hiratuka e Sarti, 2016). Assim, Hiratuka e Sarti (2016) destacam que o crescimento econômico chinês acompanha o aumento das exportações do Brasil para a China e a valorização do real, o que fomentou a importação de produtos chineses, concorrentes não apenas com mercadorias importadas de outros países, mas também com as produzidas domesticamente. Segundo dados do Instituto Sociocultural Brasil-China, Pequim é, desde 2009, o maior parceiro comercial do Brasil, atingindo em 2023 o equivalente a mais de US\$104 bilhões das nossas vendas em 2023, representando 30% da parcela de todas as exportações do Brasil (Ibrachina, 2024).

Gráfico 3



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

A partir do Gráfico 3, é possível ressaltar aspectos sobre as trocas comerciais entre Brasil e China entre 2000 e 2023. Entre 2000 e 2008, as exportações acompanham as importações em ritmo muito similar, gerando baixos superávits e déficits para ambos os países, contudo, a balança é favorável ao Brasil na maior parte do período. Destaca-se que durante boa parte desse período se vivencia o Boom das Commodities no mercado internacional, demonstrando que, apesar da importância chinesa para o aumento do preço desses bens, o Brasil obteve a partir de 2003 uma crescente redução do superávit com a China, chegando a ter uma balança comercial deficitária em 2007 e 2008.

Nesse contexto, a partir de 2009, os valores das transações comerciais começaram a ganhar grande proporção, entre 2006 e 2012, houve um aumento de 490% do valor das exportações do Brasil para a China, ao passo que as importações cresceram 427%. Além disso, a partir de 2009, a balança comercial se torna favorável ao Brasil por todo o período seguinte, mesmo com a redução dos valores entre 2013 e 2015, quando começa a decair o superciclo das commodities. Entre 2014 e 2016, as importações de produtos chineses se reduziram, período que coincide com a crise econômica que atinge o Brasil, explicando o aumento do superávit comercial mesmo com a queda do valor das commodities internacionalmente e das exportações de Pequim. A partir de 2016, há um evidente

descolamento das exportações em relação às importações, com altos valores de superávit para o Brasil.

Para além de verificar os valores da balança comercial entre Brasil e China, é preciso identificar o teor da intensidade tecnológica dos produtos comercializados entre os países, ponto esse de importância para a posterior análise sob a perspectiva da TMD, que considera o teor tecnológico dos bens como importante nas trocas comerciais. Para a separação dos bens em intensidade tecnológica será utilizada a classificação proposta por Galindo-Rueda e Fabien Verger (2016) que utilizam a taxonomia da OCDE denominada International Standard Industrial Classification em sua quarta revisão (ISIC) para classificar os bens conforme o nível de intensidade tecnológica baseada em pesquisa e desenvolvimento de cada atividade econômica. Os autores propuseram a divisão visando corrigir problemas da classificação anterior, que não era precisa em identificar a intensidade tecnológica no setor de serviços, além de utilizar novos indicadores, como uso de tecnologia avançada e nível de qualificação da mão de obra. Para a separação dos bens conforme a classificação proposta pelos autores, foi utilizada a base de dados do Governo Federal para as trocas comerciais do Brasil, o Comexstat, de onde foram obtidos os produtos e valor FOB em US\$ conforme a classificação ISIC das exportações e importações do Brasil em relação à China entre 1999 e 2023. Com os dados obtidos, os produtos foram classificados conforme a divisão proposta por Galindo-Rueda e Verger (2016), separando por setor produtivo e intensidade tecnológica dos bens comercializados.

Tabela 1 - Balança Comercial Brasil-China considerando Intensidade Tecnológica dos Produtos: 1999-2023

Setor	Intensidade Tecnológica	1999-2003		2004-2008		2009-2013		2014-2018		2019-2023	
		Soma (bilhões US\$)	%								
IMPORTAÇÕES											
Indústria de Transformação	Alta	2,36	33,0%	19,69	39,7%	45,17	31,0%	40,38	26,2%	62,85	27,0%
	Média-Alta	0,68	9,0%	16,06	32,4%	54,59	37,4%	66,77	43,3%	112,82	48,5%
	Média	2,25	31,0%	5,46	11,0%	19,56	13,4%	19,17	12,4%	27,81	12,0%
	Média Baixa	1,44	20,0%	7,94	16,0%	25,12	17,2%	26,67	17,3%	28,03	12,1%
Agricultura	Baixa	0,07	1,0%	0,23	0,5%	1	0,7%	0,71	0,5%	0,4	0,2%
Indústria Extrativa	Média-Baixa	0,27	4,0%	0,21	0,4%	0,13	0,1%	0,2	0,1%	0,28	0,1%
Outros		0,1	1,0%	-	0,0%	0,28	0,2%	0,23	0,1%	0,19	0,1%
Total por período (bilhões US\$)		7,17		49,59		145,85		154,13		232,38	
EXPORTAÇÕES											
Indústria de Transformação	Alta	0,11	1,0%	0,26	0,5%	0,59	0,3%	0,49	0,2%	0,66	0,2%
	Média-Alta	1,38	12,9%	3,1	6,5%	6,37	3,5%	5,94	2,7%	4,36	1,1%
	Média	1,18	11,0%	2,64	5,5%	5,66	3,1%	5,91	2,7%	8,61	2,1%
	Média Baixa	2,26	21,1%	8,37	17,5%	21,65	11,8%	29,99	13,5%	67,3	16,3%
Agricultura	Baixa	3,17	29,6%	14,14	29,5%	55,39	30,2%	95,81	43,1%	149,48	36,2%
Indústria Extrativa	Média-Baixa	2,59	24,2%	19,36	40,4%	93,26	50,9%	83,68	37,6%	181,88	44,1%
Outros		0,02	0,2%	0,09	0,2%	0,37	0,2%	0,49	0,2%	0,52	0,1%
Total por período (bilhões US\$)		10,71		47,96		183,29		222,31		412,81	

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

A partir da Tabela 1, é possível identificar que, durante todo o período analisado, as importações brasileiras da China se concentraram em produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica. No período entre 1999-2003 e 2019-2023, houve um aumento nas importações de mais de US\$60 bilhões no valor dos bens de alta intensidade tecnológica, já em produtos de Média-Alta intensidade o valor sai de US\$0,68 bilhões para mais de US\$112 bilhões, revelando um forte crescimento de ambos na pauta importadora. Considerando o mesmo período, é notável a redução da participação dos bens de Média, Média-baixa e Baixa intensidade tecnológica nas importações, mesmo que o valor comercializado tenha crescido entre 1999-2003 e 2019-2023. Sendo assim, fica visível o expressivo aumento da compra pelo Brasil de cada vez mais bens de maior teor tecnológico da China, ao passo que, mesmo com o aumento do valor da compra de bens de médio e baixo teor tecnológico, sua participação nos produtos importados é cada vez menor. Ademais, verifica-se que, a partir de 2009-2013, os bens de Média-alta tecnologia ganham destaque e ultrapassam os de alta intensidade, configurando-se como mais relevantes em termos de participação nesses períodos.

Ainda com a Tabela 1, agora sob o foco das exportações, durante todo o período analisado é preponderante a importância de bens de baixa e média-baixa tecnologia dos setores da agricultura e indústria extrativa, respectivamente, oscilando ao longo do período como as categorias de maior participação na pauta exportadora. Juntas, as duas atividades

econômicas representam, a partir de 2009-2013, por mais de 80% no valor das exportações. Assim, é possível destacar que não apenas sua participação aumenta, como também há um grande crescimento na soma do valor dos bens comercializados. Produtos da agricultura saltam do montante de US\$3,1 bilhões para US\$149,48 bilhões de 1999-2000 para 2019-2023, enquanto no mesmo período, os produtos da indústria extrativa crescem de US\$2,59 bilhões para US\$181,88 bilhões. Esse aumento contrasta com os bens da indústria de transformação de alta, média-alta e média intensidade tecnológica, que possuem ligeiro aumento em seu valor durante o período analisado, mas têm uma participação percentual cada vez menor, chegando a representar, entre 2019-2023, um total de apenas 3,4% das exportações. Os produtos da indústria de transformação de média-baixa tecnologia, por sua vez, têm um aumento em seu montante durante os períodos analisados, ao passo que sua participação percentual decai entre 1999-2003 e 2009-2013 e, a partir de 2014-2018, começam a subir, apesar de não recuperar o mesmo patamar do primeiro período.

Tabela 2 - Saldo Comercial Brasil-China considerando a Intensidade Tecnológica dos Produtos: 1999-2023

SALDO BALANÇA COMERCIAL BRASIL-CHINA							
Setor	Intensidade Tecnológica	1999-2003	2004-2008	2009-2013	2014-2018	2019-2023	Total em Bilhões de US\$ do período
		Soma (bilhões de US\$)					
Indústria de Transformação	Alta	-2,25	-19,43	-44,58	-39,89	-62,19	-168,34
	Média-Alta	0,7	-12,96	-48,22	-60,83	-108,46	-229,77
	Média	-1,07	-2,82	-13,9	-13,26	-19,2	-50,25
	Média Baixa	0,82	0,43	-3,47	3,32	39,27	40,37
Agricultura	Baixa	3,1	13,91	54,39	95,1	149,08	315,58
Indústria Extrativa	Média-Baixa	2,32	19,15	93,13	83,48	181,6	379,68
Outros		-0,08	0,09	0,09	0,26	0,33	0,69
Saldo da Balança Comercial Brasil-China acumulado 1999-2023							287,96

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

Por conseguinte, a partir da Tabela 2, identifica-se o saldo acumulado no período analisado conforme a atividade econômica e a intensidade tecnológica dos produtos. Denota-se que, entre 1999-2023, o saldo comercial foi superavitário para o Brasil, o que se deve principalmente à participação de produtos da indústria extrativa, agricultura e de bens da indústria de transformação de média-baixa intensidade, respectivamente. O que se contrapõe ao peso negativo dos déficits em produtos da indústria e transformação de média, média-alta e alta intensidade tecnológica. Assim, fica evidente a dependência comercial brasileira em relação à China. Isto fica exposto pelas exportações brasileiras, concentradas em bens com

O Gráfico 4 e o Gráfico 5 foram obtidos a partir da Comexvis, uma plataforma do Comexstat do Governo Federal, e expõem os produtos conforme a divisão ISIC. O Gráfico 4 expõe os produtos exportados para a China em 2023, já o Gráfico 5 expõe os produtos importados da China no mesmo período. Sendo assim, o Gráfico 4 mostra a grande participação da soja na pauta exportadora para Pequim, representando 37% do valor total dos produtos exportados, seguido por derivados do petróleo, com 19%, e minério de ferro, também com 19%. Somados, essas três classificações representam 75% do montante dos bens exportados para a China em 2023. A partir do Gráfico 5, vê-se maior diversificação dos produtos importados do gigante asiático em 2023, com destaque para válvulas e tubos e equipamentos de telecomunicação, evidenciando o maior teor tecnológico dos bens importados. Destarte, apresenta-se visível a concentração das importações em produtos da indústria de transformação.

3.2 O Investimento Externo Direto da China no Brasil

Para o melhor desenvolvimento do presente trabalho, é preciso evidenciar que os dados específicos disponibilizados sobre o IED chinês possuem algumas limitações. Uma das problemáticas principais é o sigilo e falta de transparência das informações disponibilizadas pelo governo chinês em relação à totalidade dos investimentos realizados por eles, o que dificulta a tarefa de mapear a totalidade dos investimentos. Como trazido por Freitas e Borghi (2024), há um intenso direcionamento do capital chinês para paraísos fiscais como as Ilhas Cayman, onde, a partir desse local, são direcionados para outros países que receberão os investimentos. Esse desvio de percurso acaba por distorcer os dados e torna incompletas até as análises do próprio Ministério do Comércio da República Popular da China (MOFCOM), que considera apenas o último local de envio dos recursos.

Ademais, como trazido por Cariello (2021), existe uma diferenciação entre o anúncio de investimento e a real efetivação desse pelas empresas chinesas. Dessa forma, os dados a serem apresentados contarão com informações do China Global Tracker Investment (CGTI) do American Enterprise Institute, que considera apenas aportes chineses anunciados e realizados acima de US\$95 milhões pela China entre 2005 e setembro de 2024. Os dados do CGTI são obtidos a partir de divulgações corporativas, garantindo maior veracidade dos dados (Scissors, 2023). O autor do presente trabalho obteve acesso à base de dados completa a partir de autorização do responsável pela base.

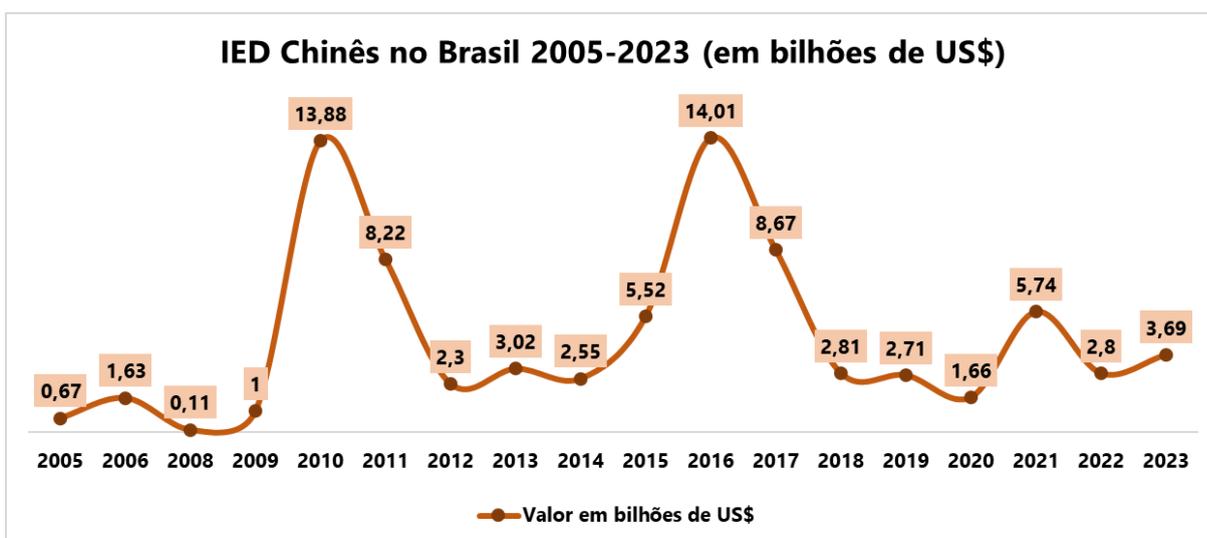
Tabela 3 - Top 10 países com maior alocação acumulada do IED chinês: 2005-2024

Top 10 Países em IED Chinês Acumulado(2005-2024)	
País	Valor em Bilhões de US\$
Estados Unidos	200,73
Austrália	135,36
Inglaterra	107,41
Brasil	81,36
Indonésia	77,37
Arábia Saúdita	67,78
Paquistão	67,77
Singapura	63,30
Suíça	61,90
Rússia	60,13

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do China Global Investment Tracker.

A partir da Tabela 3, é possível identificar o Brasil como um dos maiores receptores de inversões de capital chinês no mundo, recebendo mais de US\$81 bilhões de dólares entre 2005 e 2024, assim o Brasil se configura como o 4º maior receptor de IED chinês no mundo no período. Desse modo, o país é o maior receptor desses investimentos na América Latina e o 2º maior nas Américas, atrás apenas dos Estados Unidos. Considerando o Gráfico 4, é possível identificar o crescimento dos fluxos de IED chinês para o Brasil a partir de 2010, seguindo a lógica da diversificação dos investimentos chineses a partir da intensificação da estratégia de Going Out, no pós-crise de 2008.

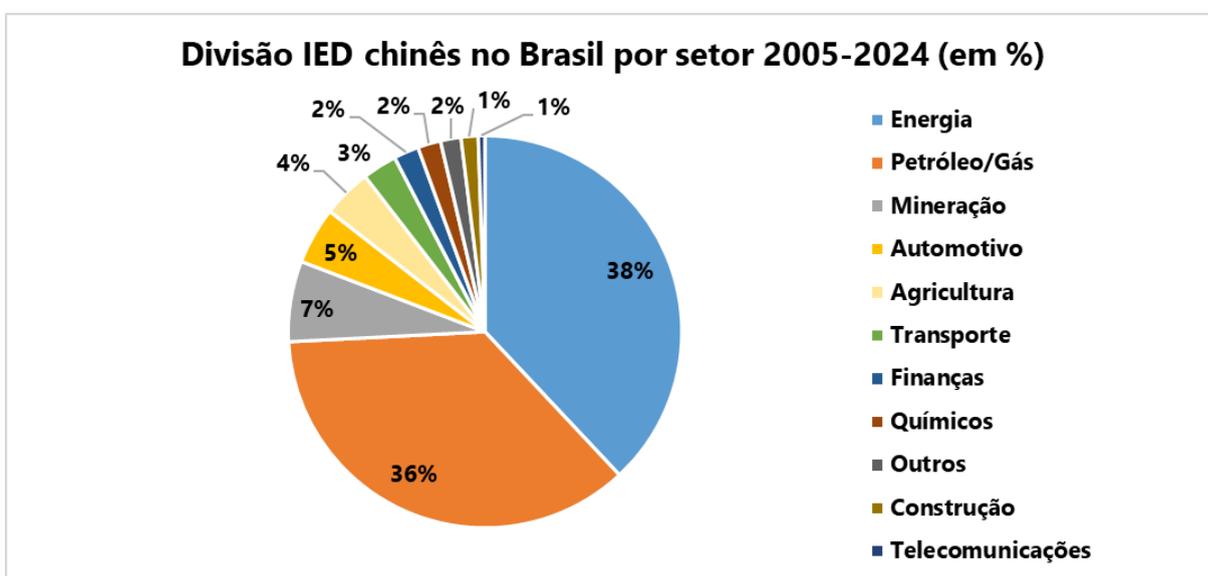
Gráfico 6



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do China Global Investment Tracker.

Contudo, no Gráfico 6 se verifica a trajetória oscilante do IED chinês no Brasil, onde os picos de investimento são notáveis em 2010 e 2016. Em 2010, há destaque para a compra de 40% das ações da Rpsol Brasil pela Sinopec, ambas do setor petrolífero, por 7 bilhões de dólares (Gazeta do Povo, 2010). Houve, no mesmo ano, a compra de 40% do campo de petróleo de Peregrino da Statoil pela Sinochem, também do setor petrolífero, por mais de 3 bilhões de dólares (G1, 2010) ambas as compras revelam um alto investimento neste ano em compras de ativos relacionados à extração petrolífera. Em 2016, a forte alta da entrada de capitais está diretamente relacionada com a compra de empresas no setor de eletricidade. A empresa chinesa State Grid realizou o aporte total da CPFL Energia por mais de R\$25 bilhões, enquanto a Three Gorges Corporation realizou a compra dos ativos da Duke Energy no Brasil, tornando as empresas chinesas donas da segunda maior holding de geração de energia do país, atrás apenas da Eletrobras (G1, 2016). Como será visto a seguir, essas informações mostram que os IED Chineses não necessariamente resultaram em um aumento da capacidade produtiva brasileira, mas apenas na mudança de propriedade de capital já existente.

Gráfico 7



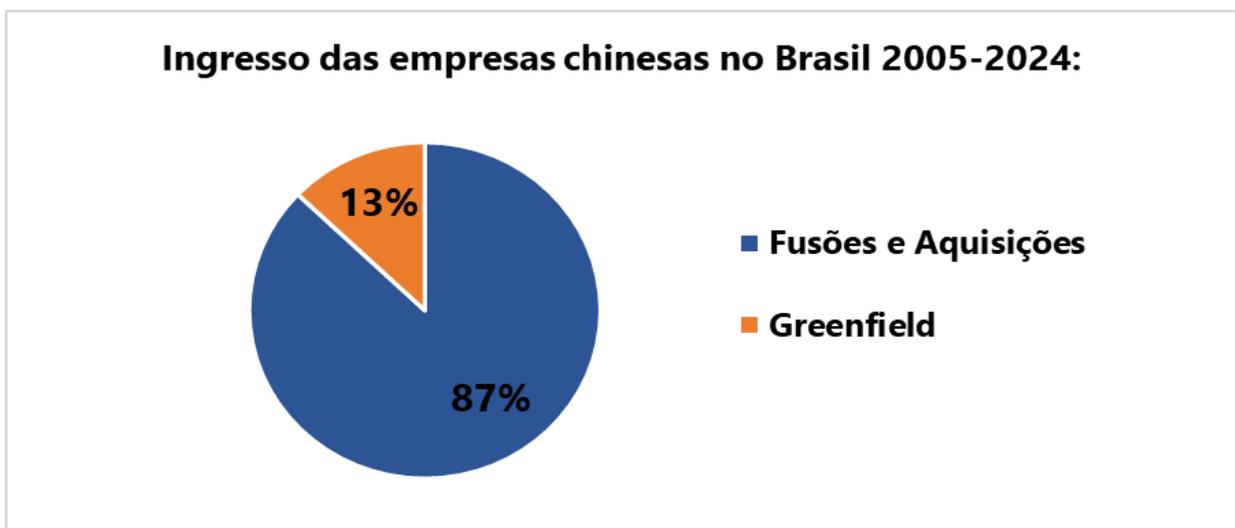
Fonte: elaboração própria, a partir de dados do China Global Investment Tracker.

Por conseguinte, para além de analisar o IED chinês ao longo do período, é preciso compreender a sua composição. Conforme o Gráfico 7, observa-se a concentração das inversões de capital de Pequim em dois principais setores, o de energia e o de petróleo e gás.

O setor de eletricidade possui 38% dos investimentos acumulados entre 2005-2024, destaca-se que esse possui um enorme mercado consumidor no Brasil, configurando atualmente como o 6º maior consumidor de energia elétrica do mundo (Jornal da USP, 2024). O crescente aumento da capacidade produtiva chinesa, especialmente após a adoção de políticas expansionistas pós-crise de 2008, encontra em setores como o de energia no Brasil, um novo mercado para dar continuidade ao seu processo de expansão. Como já exposto no Gráfico 5, a presença de componentes elétricos na importação de produtos da China pelo Brasil compõe uma parte significativa das importações realizadas pelo Brasil de Pequim em 2024.

Já o setor de petróleo e gás se classifica como o 2º maior receptor de recursos no período analisado, ressaltando a busca do gigante asiático por esses recursos no maior país da América Latina e, conforme o Gráfico 2, o petróleo representa 19% das exportações para a China em 2023. Além do exposto, ainda no Gráfico 5, embora os produtos agrícolas sejam de grande relevância nas exportações para a China, o setor possui, no acumulado do período, uma participação de apenas 4% dos recursos alocados. Assim, apesar da grande necessidade de alimentos, Pequim tem direcionado seu IED de modo mais retraído no setor da agricultura.

Gráfico 8



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do China Global Investment Tracker.

Como levantado anteriormente, outra importante análise a ser realizada é sobre o direcionamento dos investimentos. Considerando seu direcionamento, os investimentos podem ser para a compra de empresas que já se fazem presentes no mercado ou para a construção de novas plantas produtivas, fomentando uma expansão efetiva da capacidade de

gerar riqueza do país (greenfield). Assim, conforme o Gráfico 8, é possível visualizar o forte predomínio do IED do gigante asiático no Brasil para fusões e aquisições de empresas presentes no país, representando 87% do valor acumulado das inversões entre 2005 e 2024, ao passo que os investimentos em construções e expansão de plantas produtivas (greenfield) são de apenas 13% no mesmo período.

A partir do exposto, trazido das relações comerciais Brasil-China e do IED chinês no Brasil, o capítulo seguinte irá abordar a análise das informações obtidas a partir da TMD, retomando também a estratégia de internacionalização do capital chinês e o discurso de relações win-win, derivado da ideologia de Mundo Harmonioso.

4. ANÁLISE DOS DADOS À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

4.1 As Relações Comerciais Brasil China

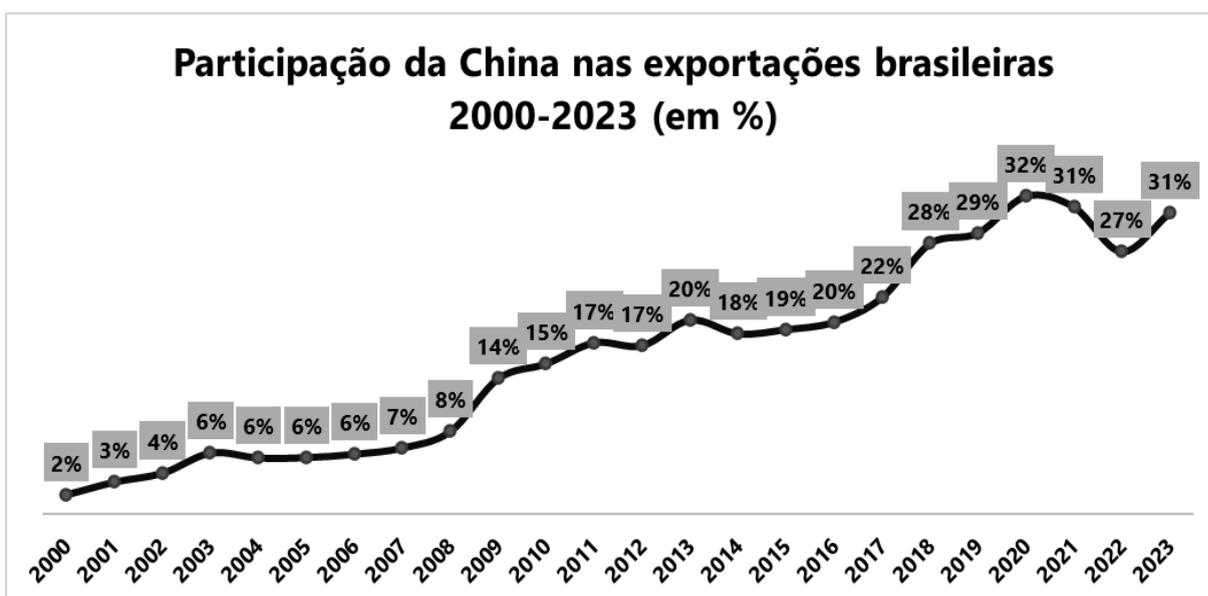
A partir das informações sobre as trocas comerciais entre Brasília e Pequim já expostas, é possível analisar essas trocas à luz da TMD. Pode-se analisar de forma inicial a especialização produtiva existente entre China e Brasil no seu comércio bilateral. Como exposto por Marini (1973) e Santos (1970), a DIT estabelecida pelo sistema capitalista se configura como um importante ponto de estabelecimento da separação entre países centrais e dependentes. Nesse contexto, historicamente, os países centrais possuem a predominância das exportações de produtos com maior valor agregado e tecnologia, ao passo que os países dependentes exportam bens de menor tecnologia.

Assim, a partir das Tabelas 1 e 2, é evidente a concentração dos bens de menor intensidade tecnológica nos produtos exportados pelo Brasil para a China, predominando a exportação dos setores da agricultura, com baixa intensidade tecnológica, e indústria extrativa, com baixa-média intensidade tecnológica. Ao passo que nas importações vindas de Pequim, há a liderança de produtos de média-alta e alta tecnologia da indústria de transformação. Essa relação ressalta uma evidente separação de nível tecnológico e produtivo dos produtos comercializados entre ambas as nações, onde a China detém, a partir da Tabela 2, superávits constantes e crescentes em produtos com maior tecnologia. Assim, fica evidente que, a partir da DIT e em suas relações com Pequim, o Brasil persiste em uma alta dependência comercial de produtos primários em suas exportações. A partir da Tabela 2, verifica-se a crescente dependência desses produtos em suas exportações para o gigante asiático e para gerar superávits comerciais favoráveis.

A partir do exposto, à luz da TMD, verifica-se que as relações comerciais acabam por reforçar a hipótese de que o Brasil se encontra em uma relação de dependência com a China. É visível nas trocas entre os dois países a reprodução dos padrões da DIT, que atrelam o Brasil a uma inserção no comércio internacional como produtor de commodities com baixo valor agregado e a China como produtora de bens industrializados com maior tecnologia e de maior valor agregado. Essa divisão reforça a inserção dependente do Brasil nos termos da TMD, ao fortalecer a dependência brasileira da produção e exportação de commodities. É importante ressaltar que, mesmo que em suas relações comerciais com a China o Brasil possua superávits, isso não significa a superação de sua dependência, uma vez que esse se

atrela constantemente à especialização produtiva em produtos com alta volatilidade de preços, em produtos em que quanto mais cresce sua oferta, maior a queda do seu valor em comparação ao preço de bens com maior tecnologia (Marini, 1973). Destaca-se que a grande presença de bens com maior intensidade tecnológica nas importações realizadas pelo Brasil de produtos chineses pode gerar uma dependência tecnológica do país latino-americano em relação à nação asiática, especialmente a partir de um constante reforço da especialização produtiva primária do Brasil.

Gráfico 9



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

A partir do Gráfico 9, sugere-se o aumento da participação chinesa nas exportações brasileiras e, considerando que, conforme a Tabela 2, a maioria desse comércio é composta pela venda de produtos da agricultura e da indústria extrativa, ambos com baixa intensidade tecnológica, pode-se levantar a hipótese de que o IED chinês reforça a especialização produtiva brasileira em commodities e a reprimarização da pauta exportadora. Essa especialização, conforme a TMD, assegura a inserção periférica brasileira, uma vez que os investimentos direcionados para o desenvolvimento de tecnologias para a produção de bens com maior nível tecnológico terão menor relevância, dada a importância do setor de commodities na dinamização do capitalismo brasileiro. Por conseguinte, a dependência de produtos com maior nível tecnológico historicamente produzidos no centro acaba por ser reforçada nessa especialização produtiva primária.

Marini (1973) e Santos (1970) destacam que a exportação de manufaturas do centro, em troca de matéria-prima e alimentos da periferia, se configura como os elementos iniciais do processo de dependência pelo qual as potências impuseram à América Latina sua inserção no Sistema Internacional. Contudo, Marini (1973) retrata que o capitalismo e a DIT se modificaram ao longo da história, onde, a partir da intensa exportação de capitais, foram transferidas para os países periféricos etapas inferiores e mais básicas dos processos produtivos, enquanto os estágios mais avançados continuavam sendo realizados pelo centro imperialista. Sendo assim, o que se verifica nas trocas comerciais entre o Brasil e a China é a grande presença de produtos primários nas exportações do Brasil em direção a Pequim, e a alta participação de bens manufaturados nas importações brasileiras do gigante asiático. Desse modo, a partir dessas relações, pode-se evidenciar que as trocas comerciais entre ambos os países remetem a uma especialização produtiva característica da fase inicial do estabelecimento da relação de dependência entre o centro e as nações dependentes, onde a China se beneficia em relação ao Brasil, assim como os países industrializados se beneficiam a longo prazo das relações comerciais com a periferia. Em outras palavras, apesar do desenvolvimento e das mudanças ocorridas no capitalismo como sistema mundial, em especial o surgimento das cadeias globais de valor, esta relação bilateral do Brasil com a China segue o padrão da clássica DIT, na qual a periferia exerce a função de primário-exportadora e o centro, a de produtora e exportadora de manufaturados.

Somado ao exposto, outra relação que remete ao processo inicial de relação de dependência entre as nações se assemelha ao retratado por Marini (1973), quando o autor expõe que a especialização produtiva dos países centrais só foi possível pelo aumento da oferta de matéria-prima e alimentos produzidos pela América Latina, sustentando a crescente demanda da classe trabalhadora e dos processos industriais. Com isto, observou-se nos países avançados uma redução significativa dos gastos com trabalhadores e insumos, elevando a lucratividade dos capitais oriundos dos países centrais. Nesse ínterim, pode-se trazer que Pequim tem constantemente ampliado seus investimentos na modernização industrial com o desenvolvimento de pesquisas em inovação e tecnologia que elevam o valor dos produtos comercializados pelas empresas chinesas e conseguem os tornar mais competitivos no comércio internacional (Andaku, 2021). Simultaneamente a esse processo, há a estratégia chinesa de busca por recursos naturais e matérias-primas para sustentar seu desenvolvimento, já apontada no presente trabalho. Esses dois contextos se ligam diretamente com o exposto por Marini (1973) sobre a possibilidade do desenvolvimento industrial e especialização produtiva nesse setor, a partir da compra de commodities ofertadas pelos países dependentes.

Processo que fica visível na busca do asseguramento das cadeias produtivas de commodities pela China e na compra desses produtos a partir do comércio internacional com países como o Brasil.

A partir do exposto, as relações comerciais entre Brasília e Pequim possuem características em comum com a economia exportadora do século XIX (Marini, 1973; Santos, 1970), onde o Brasil é produtor dos bens necessários para a especialização produtiva chinesa na sua industrialização, e a China fabrica os bens manufaturados. Portanto, é visível o estabelecimento de uma lógica de reprodução de uma relação dependente entre centro e periferia, ainda que semelhante àquela do estágio histórico mais inicial da formação do próprio capitalismo.

4.2 O Investimento Externo Direto chinês no Brasil

O IED também se configura como uma importante forma de estabelecimento e reforço da dependência dos países periféricos, uma vez que, como já exposto, a partir da TMD pode ser uma maneira de controle dos mercados internos das nações dependentes e como forma de expansão das empresas dos países centrais em busca de novos mercados. É possível identificar, através do Gráfico 8, que a maioria dos investimentos chineses no Brasil se direciona para projetos de fusões e aquisições. Nesse cenário, é notável que os investimentos pouco se direcionam para a construção de novas plantas produtivas, o que demonstra o direcionamento das inversões para a compra de empresas que já se faziam presentes no mercado nacional. Essa busca por expansão de mercado das empresas chinesas pode ser fortemente notada na inserção do IED de Pequim no setor energético brasileiro, como já exposto, ele detém a maioria dos investimentos recebidos.

Outro ponto de importante análise sobre essas aquisições de empresas nacionais é trazido por Freitas e Borghi (2024). As inversões de capital da China direcionadas ao Brasil tiveram um forte aumento durante o período de crise econômica brasileira iniciado em 2014. Durante esse período, não apenas o valor dessas empresas se reduziu pelo contexto adverso da recessão, como também a valorização do dólar em relação ao real tornou mais atrativa a compra dessas firmas, o que tornou oportuna a compra de empresas pelo gigante asiático. Conforme o Gráfico 6, denota-se haver um aumento da entrada desses recursos no Brasil durante esse período de crise econômica de 2014 a 2016. A partir do exposto, à luz da TMD, o crescente direcionamento do IED do gigante asiático em fusões e aquisições no Brasil reforça a dominação externa do mercado nacional por multinacionais estrangeiras, configurando o estabelecimento de um reforço da dependência ao inserir o mercado brasileiro

na lógica de dominação e expansão produtiva de firmas externas, nesse caso da China. Desse modo, eleva-se a possibilidade de extração da mais-valia, na medida que os lucros gerados a partir desses novos mercados podem ser redirecionados para os países sedes dessas empresas.

Como trazido por Lu e Nugent (2021), as políticas econômicas expansionistas adotadas pelo governo chinês no pós-crise de 2008 e a redução do crescimento interno chinês desenvolveram a necessidade de ampliação do mercado consumidor das companhias do gigante asiático. Motivos esses que reforçaram a política de Going Out das empresas chinesas. Sendo assim, conforme Marini (2017) e Lênin (2011), a criação de grandes firmas nos países centrais e a saturação do mercado interno causam justamente essa necessidade de expansão e internacionalização, para encontrar no exterior novos mercados e formas de ampliar o rendimento dos capitais acumulados. Assim, a lógica de crescimento do mercado das firmas chinesas e ampliação dos rendimentos do capital chinês se relacionam com a dominação de mercado dos países dependentes e com o imperialismo proposto por Lênin e pela TMD, na medida que estão associados à busca de ampliação dos rendimentos a partir da exportação de capitais de empresas já consolidadas no mercado interno do gigante asiático. A dominação de novos mercados pode permitir a continuidade do aumento dos lucros das firmas de Pequim, agora no exterior, remetendo às maneiras utilizadas pelos países centrais para auferir maiores lucros e rentabilidade de capital.

O direcionamento do capital chinês para o setor de petróleo e gás se revela como importante para a presente análise, uma vez que são atrelados ao setor de commodities, que produz bens de baixo valor agregado e intensidade tecnológica. Marini (1973) e Santos (1970) retratam que a dependência dos países periféricos desses produtos leva a uma relação de reprodução aprofundada da dependência, uma vez que seus baixos valores agregados e constante depreciação em relação aos produtos com maior teor tecnológico do centro causam deterioração dos termos de troca e atrelam os países dependentes a produtos com alta volatilidade de preços. Nesse contexto, a forte presença do IED chinês no setor de petróleo e gás natural se mostra como fomentador do aprofundamento da dependência brasileira de produtos primários, que reforça a inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor como produtor de commodities. Como apresentado no Gráfico 4, óleos de petróleo e afins são o 2º produto mais comercializado pelo Brasil com a China em 2023.

Somado ao exposto, Santos (1970) estabelece a existência de diferentes fases da dependência estabelecida pelo centro sobre a periferia, onde é possível destacar o encaixe das relações comerciais e de investimento entre Brasil e China na fase financeiro industrial, onde o capital dos países centrais domina e se expande por meio de investimentos na produção de

produtos voltados para exportação, determinada pela demanda dos países centrais. Isso pode ser verificado na alta presença do investimento chinês no setor de petróleo e gás exposta no Gráfico 7. Esse direcionamento dessas inversões tem relação com a presença do petróleo nas exportações para a China, como mostrado no Gráfico 4.

O direcionamento dos investimentos para a garantia de recursos naturais para sustentar o desenvolvimento chinês está ligado ao aumento das inversões em setores ligados à produção de commodities, como o de extração de petróleo e gás no Brasil. Essa alocação de recursos pode gerar o aprofundamento da especialização produtiva das nações que os recebem, ampliando a dependência na produção de bens com baixo valor agregado e alta volatilidade de preços, o que, conforme a TMD, acentua as trocas desiguais e eleva a dependência de produtos com maior tecnologia do centro. Além disso, a compra de empresas ligadas aos setores de commodities pode levar ao que Marini (1973) e Santos (1970) destacam sobre a reprodução da lógica de interesse dos países detentores dessas empresas. Em especial, no caso chinês, verifica-se a associação do mercado de commodities aos interesses chineses por busca de recursos e sustentação do próprio desenvolvimento.

4.3 Brasil e China - Mundo Harmonioso, Parceria Estratégica e Dependência

Como já apresentado no presente trabalho, a China detém concepções e ideologias de cooperação e relacionamento com o ambiente internacional permeadas pela busca de um “Mundo Harmonioso”, em uma lógica cooperativa de relações win-win com seus parceiros. Nesse ínterim, há o afastamento de um discurso imperialista e combativo no contexto internacional, assim como uma inserção baseada no desenvolvimento mútuo entre Pequim e seus parceiros. Assim, destaca-se que a definição do Brasil como parceiro estratégico chinês colocaria o país em um nível de destaque e prestígio nas relações exteriores do gigante asiático, com o pleno estabelecimento de uma lógica de benefício mútuo e compartilhado. De fato, em uma perspectiva de ganhos mútuos, os grandes superávits comerciais obtidos na balança comercial entre os dois países têm gerado divisas para o Brasil, ao passo que a China estaria obtendo os recursos naturais necessários para seu desenvolvimento. Contudo, o presente trabalho argumenta que, conforme a TMD, a composição atual das trocas comerciais tende a estabelecer uma relação de dependência brasileira em relação à China, com uma balança comercial que leva ao aprofundamento de uma especialização produtiva que coloca o Brasil em uma situação desfavorável ao depender de produtos primários.

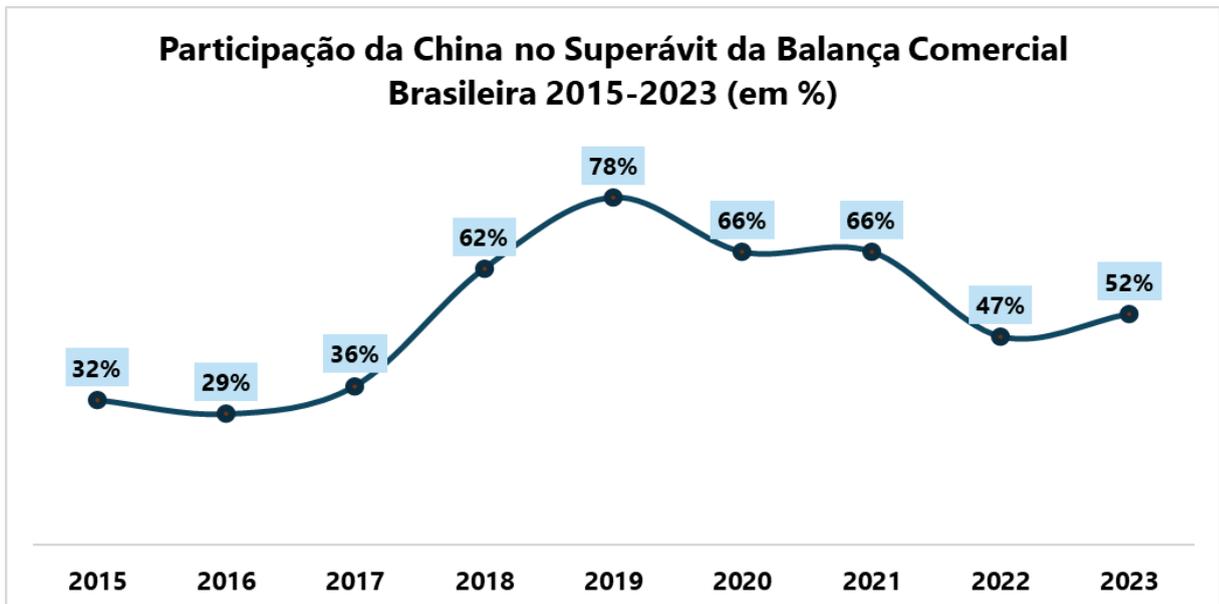
Embora não seja o foco do presente trabalho, a desindustrialização brasileira tem se tornado latente nas últimas décadas, havendo um aumento da reprimarização econômica e

reforço de uma inserção como produtor de bens primários no comércio internacional (Almeida, 2018; Almeida e Balanco, 2024). Nesse contexto, a concorrência dos produtos industrializados brasileiros com os manufaturados chineses tem sido discutida como um dos pontos. Acioly (2011), Pitillo (2023), Cano (2012) e Salama (2012), por exemplo, argumentam que os baixos preços das manufaturas chinesas e o crescente investimento em melhoria produtiva têm conseguido fomentar o domínio do país asiático sobre mercados em que o Brasil antes conseguia exportar bens com maior tecnologia, ainda que em menor quantidade. Os autores destacam ainda que a demanda de Pequim por bens primários brasileiros, como soja e petróleo, somada à perda de mercado dos industrializados brasileiros, possui efeitos sobre o direcionamento econômico para a produção de commodities, o que fomenta a reprimarização econômica nacional. Esse contexto aprofunda as trocas desiguais trazidas por Marini (1973) e Santos (1970), elemento esse importante para as relações de dependência.

Pitillo (2023), utilizando-se dos estudos de Marini e Santos, destaca que, seguindo o ritmo atual de especialização produtiva entre Brasil e China e o constante desenvolvimento de tecnologias pelo gigante asiático, haveria a tendência do aumento da importação de bens do capital tecnológico da China, remetendo aos mesmos processos vivenciados pelo Brasil em relação aos países centrais. Aliado a esse debate, Almeida et al. (2022) constatam que a indústria brasileira entre 2000 e 2014 obteve uma maior dependência dos meios de produção provenientes da China e que os produtos primários brasileiros passaram a depender cada vez mais de sua exportação para o gigante asiático para serem dinamizados.

Oliveira (2016) argumenta que, por mais que seja perceptível uma redução da participação da indústria nas exportações brasileiras, admitindo a concorrência chinesa como um dos fatores de relevância para o processo, considera que as relações com o país asiático são positivas, na medida que sua demanda por commodities recompensa a redução de receita das exportações de produtos industrializados brasileiros. Nesse cenário, o presente trabalho Gráfico 10 apresenta questionamento sobre os benefícios dessa constante dependência de bens primários na pauta exportadora brasileira puxada pela demanda chinesa, uma vez que aprofunda uma dependência em produtos de baixo valor agregado e com depreciação em relação aos bens de maior tecnologia. Assim, no longo prazo, essas relações podem reforçar uma inserção periférica, aprofundando uma relação de dependência brasileira.

Gráfico 10



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Comexstat.

Somado ao exposto, o crescente aumento da participação chinesa nas exportações brasileiras também pode ser analisado sobre outro aspecto da TMD. Santos e Marini argumentam que uma economia dependente é marcada pela incapacidade de ter autossuficiência para sustentar o próprio crescimento econômico. Em caso de uma crise econômica chinesa ou retração na demanda por produtos brasileiros exportados, as consequências seriam de alto impacto para a economia do Brasil. Pode ser verificado no Gráfico 9 o aumento consistente da participação de Pequim nas exportações brasileiras entre 2000 e 2023, chegando a representar, nos últimos anos, quase 1/3 do valor total das exportações brasileiras. Além disso, segundo o Gráfico 10, a balança comercial com a China já chegou a representar 78% do superávit da balança comercial brasileira em 2019. Desse modo, os dados colaboram com Ferchen (2011), que demonstra a crescente dependência da América Latina e do Brasil das suas exportações para o gigante asiático, relação essa que levaria a grandes impactos econômicos em caso de desaceleração da demanda do país asiático.

Arelado ao exposto, ao trazer a política chinesa “Going Global”, é perceptível notar o alinhamento dos investimentos da China no Brasil com essa estratégia de internacionalização. A entrada do IED chinês no Brasil e a intensificação desses fluxos de investimento podem ser visualizados no Gráfico 6, onde a partir de 2010 há um aumento dos valores investidos pela

China no Brasil, justamente no período de maior intensificação da estratégia chinesa de internacionalização de capitais, após a crise dos subprimes em 2008. Além disso, os fluxos das inversões de capital de Pequim para Brasília se centraram em setores que conseguiram aumentar o mercado das firmas chinesas, o que se demonstra na inserção dessas em um dos maiores mercados consumidores de energia do mundo (o mercado brasileiro). O direcionamento em fusões e aquisições de empresas já atuantes no mercado brasileiro por empresas da China ressalta a lógica de ampliação de mercado. Somado a isso, há o investimento no setor de petróleo e gás, que, por sua vez, alinha-se com a busca da garantia da maior disponibilidade de recursos naturais para sustentação do crescimento econômico.

Nesse cenário, mesmo com a existência de uma parceria estratégica que também se guia por uma noção de compartilhamento e superação do subdesenvolvimento, o IED da China no Brasil tem se mostrado alinhado com os interesses chineses de asseguramento de recursos naturais para o país e expansão de mercado. O que, como já analisado no presente trabalho, coloca o Brasil em uma relação de aprofundamento de uma inserção periférica e reforça suas trocas desiguais e a sua dependência. Além disso, esse investimento chinês não tem sido acompanhado da transferência de tecnologia (Slipak, 2014), um contexto de constante aumento de pesquisas e desenvolvimento tecnológico chinês e grande aumento nos pedidos e registro de patentes do gigante asiático (Andaku, 2021). Sendo assim, pensar em uma superação das barreiras impostas pela propriedade da tecnologia dificulta perceber uma parceria estratégica duradoura e que não aprofunde a dependência. Uma vez que, como trazido por Carcanholo (2009) e Santos (1970), a proteção sobre as tecnologias avançadas se demonstra como uma forma de permitir o controle dos países centrais sobre o desenvolvimento dos países dependentes, limitando sua capacidade produtiva e demandando recursos para a compra de máquinas e tecnologias de alta tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possuía como objetivo analisar as relações comerciais entre Brasil e China e a presença do IED da China no Brasil à luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD), para buscar compreender se existe uma relação de estabelecimento de uma dependência do Brasil em relação à China nessas relações econômicas. Para isso, houve a utilização de dados quantitativos sobre esses investimentos e trocas comerciais entre o Brasil e a China e a sua análise a partir da TMD. Além disso, o trabalho visou trazer a estratégia de internacionalização dos investimentos e empresas chinesas no exterior e a ideia de “Mundo Harmonioso” que compõe a política de inserção da China internacionalmente, com o discurso de ganhos mútuos e equidade das relações com seus parceiros.

Em relação às relações comerciais entre Brasil e China, a análise à luz da Teoria Marxista da Dependência (TMD) revelou uma relação de dependência do Brasil em relação à potência asiática. As exportações do Brasil para Pequim são marcadas pela composição de produtos primários, de baixa intensidade tecnológica, enquanto as importações brasileiras da China estão concentradas em produtos de média e alta tecnologia, relação essa que tem se aprofundado ao longo das últimas duas décadas. Essas relações remetem a uma especialização produtiva característica da fase inicial do estabelecimento da relação de dependência entre o centro e as nações dependentes, onde a China se beneficia em relação ao Brasil, assim como os países industrializados se beneficiam a longo prazo das relações comerciais com a periferia. Sendo assim, mesmo com o desenvolvimento e as modificações no capitalismo, as relações de comércio entre Brasil e China seguem o padrão da clássica DIT, na qual a periferia exerce a função de primário-exportadora e o centro, a de produtora e exportadora de manufaturados.

Nesse ínterim, embora existam constantes superávits comerciais favoráveis ao Brasil, a especialização produtiva brasileira em setores primários, reforçada pela China, estabelece uma dependência de produtos com alta volatilidade de preços e menor valor agregado, em uma relação com possíveis efeitos negativos a longo prazo, conforme apontado por Marini (1973) e Santos (1970). Ademais, verificou-se que a participação chinesa nas exportações brasileiras e até mesmo sua participação no superávit no total comercial brasileiro nos últimos anos destacam o aumento da dependência do mercado chinês pelo Brasil, mercado este que

fomenta uma crescente necessidade de commodities. Assim, a reprimarização da economia brasileira, impulsionada pela demanda chinesa por commodities, aprofunda a dependência do Brasil em relação a produtos de baixa tecnologia e limita o avanço em setores de maior valor agregado. Dessa forma, conclui-se que as relações comerciais entre Brasil e China seguem um padrão histórico de dependência, em que o Brasil desempenha o papel de fornecedor de matérias-primas, enquanto a China se beneficia ao consolidar sua posição como produtora de bens com maior valor agregado e intensidade tecnológica.

Com relação ao IED chinês no Brasil entre 2005 e 2023, identificou-se um aumento desses investimentos após a crise de 2008, assim como a inserção majoritária desses recursos na compra de empresas já presentes no mercado brasileiro, por meio de fusões e aquisições. Em relação aos setores, ficou visível o direcionamento para o setor de energia elétrica, petróleo e gás natural. Com as informações obtidas sobre o IED, à luz da TMD, verificou-se que os investimentos de Pequim no Brasil colaboram para o estabelecimento de uma dependência brasileira, na medida em que estão associados ao domínio do mercado interno, especialmente o de eletricidade. O direcionamento do IED da China para fusões e aquisições no Brasil reforça a dominação externa do mercado brasileiro por multinacionais estrangeiras, configurando um reforço da dependência ao inserir o mercado brasileiro na lógica de dominação e expansão produtiva de empresas externas, neste caso, da China.

Além disso, o IED chinês se direcionou para setores que reforçam a importância das commodities nas exportações brasileiras, com destaque para os investimentos nos setores de petróleo, gás e mineração. Assim, os investimentos de capital chinês estão relacionados ao aprofundamento da importância de bens primários na economia brasileira. Esses investimentos se alinham à estratégia chinesa de garantir recursos naturais para sustentar seu desenvolvimento. A alocação de recursos nos setores de petróleo, gás e mineração pode gerar o aprofundamento da especialização produtiva brasileira, ampliando a dependência na produção de bens com baixo valor agregado e alta volatilidade de preços, o que, conforme a TMD, acentua as trocas desiguais e eleva a dependência de produtos com maior tecnologia provenientes do centro.

Foi possível verificar que as relações de investimento entre Brasil e China se assemelham à fase financeiro-industrial proposta por Santos (1970), onde o capital dos países centrais domina e se expande por meio de investimentos na produção de bens voltados para exportação, determinada pela demanda dos países centrais. Essa situação ocorre com a alta participação chinesa nos setores de petróleo, gás e mineração, por meio dos investimentos de capital, alinhados com os interesses de Pequim em recursos naturais, e é visível na grande

participação de petróleo e minérios nas exportações do Brasil para a China em 2023, conforme o Gráfico 4.

Nesse contexto, tanto o direcionamento do IED para o aumento do mercado de empresas chinesas no setor de energia elétrica no Brasil quanto para os setores de petróleo, gás e mineração se relacionam com a política de Going Out de Pequim, que busca novos mercados e recursos naturais para sustentar a alta demanda chinesa durante seu processo de desenvolvimento. Assim, o IED chinês na maior economia da América Latina seguiu essa estratégia de internacionalização.

A lógica de "parceria estratégica" entre Brasil e China, ainda que marcada por um discurso de cooperação e ganhos mútuos derivados da noção de Mundo Harmonioso, não tem superado as assimetrias econômicas entre os dois países. A especialização produtiva brasileira em produtos primários e a dependência da demanda chinesa por esses colocam o Brasil em uma posição vulnerável a possíveis modificações na economia de Pequim. Desse modo, o comércio bilateral entre países e o investimento chinês no Brasil à luz da TMD evidenciam um processo de reprodução da dinâmica dos países centrais e dependentes, ainda que em seu estágio inicial.

REFERÊNCIAS:

ACIOLY, Luciana; ALVES, Maria Abadia S, LEÃO, Rodrigo Pimentel F. A internacionalização das empresas chinesas. Brasília: IPEA, 2011. Nota Técnica IPEA, n. 34. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5987/1/NT_n01_Internacionalizacao-empresas-chinesas_Deint_2009-maio.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. As relações bilaterais Brasil-China : a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil. **Comunicado (IPEA)**, Brasília, nº85, abr. 2011.

AITKEN, Brian; HARRISON, Ann. Are there spillovers from foreign direct investment? Evidence from panel data for Venezuela. mimeo, MIT and the World Bank, November, 1991.

ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima. **A desindustrialização à luz da teoria econômica marxiana: conceitos, definições e um estudo do caso da economia brasileira pós-1990**. (Tese de Doutorado em Economia). Salvador: UFBA, 2018.

ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima; PIRES, Pedro Henrique Alves Feitoza; LEITE, Alexandre César Cunha. Relações comerciais com a China e a desindustrialização brasileira entre 2000 e 2014: um estudo baseado na análise inter-regional do insumo-produto. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, p. 94-126, 2022.

ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima; BALANCO, Paulo Antonio de Freitas. Deindustrialization in a Marxian perspective: An empirical study of the Brazilian economy between 1995-2010. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 68, p. 224-239, 2024.

AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. China Global Investment Tracker. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ANDAKU, Evandro. As marcas e patentes na reprodução do espaço desigual: Estados Unidos e China. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.8.2021.tde-18062021-182020.

ARANTES, Marília H. Fraga. De Xiaoping à nova rota da seda: uma análise das relações sino-sul-americanas à luz da teoria da dependência. 2019. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China?. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 31-44, 2011.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comexstat: dados de comércio exterior. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/112225>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comexstat: dados de comércio exterior. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/112226>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comexvis: plataforma de visualização de comércio exterior. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 26 ago. 2024.

CACARIELLO, Tulio. Investimentos chineses no Brasil: Histórico, tendências e desafios globais (2007-2020). **Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China**, 2021.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 21, n. 4, p. 831–851, 2015.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Abertura e vulnerabilidade externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica. XAVIER, CL Desenvolvimento Desigual. Uberlândia: **Edufu**, p. 73-110, 2004.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. E. Sader y T. Dos Santos (coordenadores), A América Latina e os Desafios da Globalização, San Pablo, Brasil, **Editorial boitempo**, 2009.

CARCANHOLO, Marcelo; PRADO, Luiz. Mercado mundial, imperialismo e dependência: o papel central da grande indústria. **Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo**, v. 1, n. 2, p.63-88, 2022.

CLÁUDIO, Agostinho; ANDRÉ, Fábio. O dilema chinês: assertividade para um mundo harmonioso?. **Polis: Revista de Estudos Jurídico-Políticos**, v. 2, n. 6, 2022.

COSTA, A. D.; YI, L. Y.; JÚNIOR, A. A. Chinese companies and Foreign Direct Investment in Brazil between 2000 and 2018. **Journal of Evolutionary Studies in Business**, v. 4, n. 2, p. 68-107, 2019.

Direction of Trade Statistics(DOTS). Disponível em: [Direction of Trade Statistics - Exports & Imports Goods - IMF Data](#).

DU, Julan; ZHANG, Yifei. Does one belt one road initiative promote Chinese overseas direct investment?. **China Economic Review**, v. 47, p. 189-205, 2018.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. **V Colóquio Internacional Marx e Engels**, Campinas, UNICAMP, 2007.

FERCHEN, Matt. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 105-130, 2011.

FREEMAN, Duncan. China's outward investment: institutions, constraints and challenges. Brussels Institute of Contemporary China Studies, **Asia Paper**, v. 7, n. 4, 2013.

FREITAS, Higor de; BORGHI, Roberto Alexandre Zanchetta. Investimento Estrangeiro Direto da China no Brasil: um estudo de setores selecionados. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 3, p. e281289, 2024.

G1. Chinesa Three Gorges compra usinas da Duke Energy no Brasil. G1, 18 out. 2016. Disponível em: [Chinesa Three Gorges compra usinas da Duke Energy no Brasil - notícias em Negócios](#). Acesso em: 20 set. 2024.

G1. Statoil vende para a Sinochem 40% de campo de petróleo na Bacia de Campos. G1, 06

mai. 2010. Disponível em: [G1 - Statoil vende para a Sinochem 40% de campo de petróleo na Bacia de Campos - notícias em Economia e Negócios](#). Acesso em: 20 set. 2024.

GALINDO-RUEDA, Fernando; VERGER, Fabien. OECD taxonomy of economic activities based on R&D intensity. 2016.

GASPAR, R. C. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cadernos Metrópole**, v. 17, n. 33, p. 265–296, 2015.

GAZETA DO POVO. Chineses pagam US\$ 7,1 bi à Repsol Brasil de olho no pré-sal. *Gazeta do Povo*, 10 jan. 2010. Disponível em: [Chineses pagam US\\$7,1 bi à Repsol Brasil de olho no pré-sal \(gazetadopovo.com.br\)](#). Acesso em: 20 set. 2024.

Global Foreign Direct Investment Slides for Third Consecutive Year – United Nations Report | UNCTAD. Disponível em: <https://unctad.org/press-material/global-foreign-direct-investment-slides-third-consecutive-year-united-nations-report>.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. A armadilha da dívida. 1. ed. **São Paulo: Fundação Perseu Abramo**, 2002. 80 p. ISBN 8586469637.

HAO, Su. Harmonious world: the conceived international order in framework of China's foreign affairs. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 1, p. 29-55, 2008.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 83-98, 2016.

HOVELER, R. C. Imperialismo e dependência versus interdependência: o lado silenciado de um embate teórico. *Estudos Internacionais*: **Revista de Relações Internacionais da PUC Minas**, v. 5, n. 3, p. 35-51, 2018.

HOLLAND, Márcio; BARBI, Fernando. China na América Latina: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros. **Fundação Getúlio Vargas**, Escola de Economia de São Paulo, 2010.

HONGYING, Wang. A deeper look at China's "Going out" policy. **CIGI**, Março, 2016.

<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis/2/160>

IBRACHINA. China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. Disponível em: <https://ibrachina.com.br/china-e-o-maior-parceiro-comercial-do-brasil-desde-2009/>. Acesso em: 02 ago. 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Sobre a China e o "socialismo de mercado" como uma nova formação econômico-social. **Nova Economia**, v. 30, p. 1029-1051, 2021.

JAGUARIBE, Anna et al. Direction of Chinese global investments: Implications for Brazil. **Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão**, 2018.

JORNAL DA USP. Série Energia: Brasil aparece entre os países que mais consomem energia. *Jornal da USP*, 2024. Disponível em: ["Série Energia": Brasil aparece entre os países que mais consomem energia – Jornal da USP](#). Acesso em: 10 set. 2024.

JÚNIOR, Plínio de Arruda Sampaio. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução. LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Imperialismo: etapa superior do capitalismo. Campinas: **FE/UNICAMP**, 2011.

JUNQUEIRA, Emerson Maciel. A posição brasileira na política Going Global da China (2000-2018). 2019. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

KOTZ, R.; OURIQUES, H. A Belt and Road Initiative: uma análise sobre a projeção global da China no Século XXI. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 96-113, jul. 2021.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha; RAMOS, Lohana Gabriela Simões de Oliveira. Investimentos chineses na América do Sul: um desenho das preferências de destino e setores. Perspectivas Asiáticas. **Rio de Janeiro: Folio Digital**, p. 165-192, 2016.

LIMA JR, A. J.; JAYME JR, F. INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E IMPLICAÇÕES MACROECONÔMICAS NO BRASIL. **Análise Econômica**, [S. l.], v. 26, n. 49, 2009.

MAÇÃES, Bruno. Belt and road: A Chinese world order. **Hurst & Company**, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador**, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARINI, Ruy Mauro; SEPÚLVEDA, Cristián. El desarrollo industrial dependiente y la crisis del sistema de dominación. **Marxismo y revolución**, v. 1, p. 9-28, 1973.

MASIERO, Gilmar; COELHO, Diego Bonaldo. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 34, p. 139-157, 2014.

MATTOS, Michelle. Padrões de Especializações no Comércio Brasil-China. 2008. 68 f. **Monografia-Departamento de Ciências Econômicas**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de; LOPES FILHO, Carlos Renato da Fonseca Ungaretti; OLIVEIRA, Juliana Kelly Barbosa da Silva. A Nova Rota da Seda e a Projeção Econômica Internacional da China: Redes de Financiamento, Fluxos de Investimento Externo Direto (IED) e Contratos de Construção. **Nota Técnica**, IPEA, n. 48, 2019.

MORTATTI, C. M.; DE MIRANDA, S. H. G.; BACCHI, M. R. P. Determinantes do comércio Brasil-China de commodities e produtos industriais: uma aplicação VECM. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 2, p. 311-335, abr./jun. 2011.

NUGENT, Jeffrey B.; LU, Jiaxuan. China's outward foreign direct investment in the Belt and Road Initiative: What are the motives for Chinese firms to invest?. **China Economic Review**, v. 68, p. 101628, 2021.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil e China: uma nova aliança não escrita?. **Revista Brasileira de política internacional**, v. 53, p. 88-105, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, p. 7-30, 2004.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa?. **Revista Tempo Do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 143-160, 2016.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. **Revista Urutágua**, v. 11, p. 1-18, 2007.

OVERBEEK, H. W.; MA, Yuan. Investimento externo direto chinês na União Europeia. In: A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo. **Editora PUC Minas**, 2018. p. 73-101.

PITILLO, Pedro Vinícius Freitas. A presença chinesa na América Latina: a nova relação de dependência do Brasil com a China. 2023. 81 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.514>

PRADO JUNIOR, Caio. Sentido da colonização. In: PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 11-26.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O pouso do dragão na América do Sul: uma análise dos China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean e do projeto da Nova Rota da Seda. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 19, n. 37, p. 78-105, 2020.

SALAMA, Pierre Salama. China-Brasil: industrialização e “desindustrialização precoce”. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 7, n. 10, p. 229-251, 2018.

SANTOS, Theotonio dos. Evolución histórica de Brasil. De la Colonia a la crisis de la nueva República. **Editorial Vozes**, 1993.

SANTOS, Theotonio dos. The Structure of Dependence. **American economic Review**, New York, p.231-6, maio, 1970.

SCISSORS, Derek. China’s global investment surges, finally. **American Enterprise Institute**, 2023.

MORTARI, V., Silva; GIUSTI DE ARAÚJO, C. .; DIEGUES, A. C. . Brasil-China: uma integração produtiva virtuosa?. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 33, 2019.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de. Investimentos estrangeiros diretos (IED): origens, significado e benefícios. **Revista BNDES**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 611-654, 2022.

SLIPAK, Ariel. América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o ‘Consenso de Beijing’? **Nueva Sociedad**, n. 250, p. 102-113, 2014.

SPELLMANN, Samuel; CUNHA LEITE, Alexandre César. A redução do investimento chinês na Nova Rota da Seda: entre a contenção de gastos e a preparação para uma crise financeira internacional. **Desafios**, v. 32, n. 1, p. 296-327, 2020.

SU, Hao. Harmonious World: The Conceived International Order in Framework of China’s Foreign Affairs. In: IIDA, Masafumi (ed.). China’s Shift: Global Strategy of the Rising Power. **Tokyo: National Institute for Defense Studies**, 2009.

SUZIGAN, W.; SZMRECSÁNYI, T. Os investimentos estrangeiros no início do processo de industrialização no Brasil. **Texto para Discussão nº 33**, UNICAMP, Campinas, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - Rio de Janeiro : Record/CEPAL, 2000 - v. 1, p. 217-237, 2000.

XULONG, Chen. Win-Win Cooperation: Formation, Development and Characteristics, 2017. Disponível em: https://www.ciis.org.cn/english/ESEARCHPROJECTS/Articles/202007/t20200715_3604.htm
| Acesso em: 30 jul. 2024.

YELERY, Aravind. China's 'going out' policy: Sub-national economic trajectories. **ICS Analysis**, v. 24, p. 2-6, 2014.

ZHANG, Jian. Building 'a Harmonious World?': Chinese Perceptions of Regional Order and Implications for Australia. **Australian Strategic Policy Institute (ASPI)**, 2007.